

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Edifício Pirâmide em Abrantes, reuniu a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por António Lucas Gomes Mor, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Primeiro Secretário Manuel Duarte dos Santos e pela Segunda Secretária Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana. ---

Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, apresentou a renúncia ao mandato como Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, em virtude de ir exercer funções de membro do Governo da República, a partir de 18 de fevereiro de 2019. -----

Assiduidade – (doc. 1) -----

Expediente: -----

----- **Foi dado conhecimento do expediente com maior relevância**, ficando disponível para consulta no serviço administrativo da Assembleia Municipal, tal como todo o expediente recebido: -----

- 1 – Conselho Municipal de Educação – Convocatória; -----
- 2 – ANAM – Vários pareceres e informações; -----
- 3 – ANMP – Conjunto de anexos e pareceres; -----
- 4 – Parecer do CMJA - Opções do Plano e Orçamento 2019 do Município de Abrantes;
- 5 - Listagem dos Serviços Municipalizados de Abrantes, relativa aos compromissos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



assumidos ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal; -----

6 - Listagem de compromissos plurianuais assumidos pela Presidente da Câmara; -

7 - Declarações relativas aos compromissos plurianuais assumidos, aos pagamentos e aos recebimentos em atraso, com dados reportados a 31 de dezembro de 2018; --

8. - Relatório de Atividades da CPCJ; -----

9. - Grupo Parlamentar "Os Verdes" - Alargamento de seguros; -----

10 - Grupo Parlamentar do PCP:

a) - Convite - Lei Base sobre habitação; -----

b) - Descentralização, transferência de competências e outros; -----

11. - União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós - Encerramento sobre a extensão de saúde. -----

Ata: -----

----- **Ata nº 7/2018:** -----

----- Posta à votação a **ata nº 7/2018**, foi **aprovada por maioria**, com 3 (três) abstenções (1 - CDU + 2 - PSD); -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)** -----

----- O Senhor Deputado Municipal Jorge Beirão (PS) demonstrou a sua satisfação por a Senhora Presidente Maria do Céu Albuquerque ir integrar o Governo da Nação como Secretária de Estado. -----

----- A visão do desenvolvimento adotada para Abrantes será continuada com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



liderança do Presidente Manuel Jorge Valamatos dos Reis, dada a sua experiência e competência e com o apoio de toda a equipa governativa. (doc. 2) -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, após felicitar o Senhor Presidente da Câmara e a nova Vereadora Ana Paula Grijó, traçou a fragilidade da sua Freguesia, com pouca população e assolada pelos incêndios. --

----- O seu elevado potencial turístico necessita de ser concretizado com a ajuda da melhoria da rede viária e a cobertura da rede móvel. -----

----- Salientou a importância dos contratos interadministrativos, com a razoabilidade da negociação e da celeridade do processo de decisão. -----

----- Apesar do Senhor Presidente ter assumido um projeto de continuidade, espera uma nova visão para as freguesias rurais e periféricas. -----

----- Felicitou, também, a Senhora Secretária de Estado que pode contribuir para o desenvolvimento da nossa região. (doc. 3) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Joana Pascoal (BE) felicitou a nova Secretária de Estado, o Senhor Presidente da Câmara e a nova Vereadora. -----

----- A propósito de uma moção aprovada acerca de um ano sobre a defesa dos cuidados de saúde primários quer saber: -----

a) – Para onde foi enviada; -----

b) – Quais as respostas obtidas; -----

c) – O que estão a fazer os Senhores Presidentes de Junta para terem de volta o médico de família. -----

----- Chamou a atenção para S. Miguel do Rio Torto e S. Facundo/Vale das Mós. (doc. 4) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- Quanto à Comissão de Saúde, espera a apresentação das informações colhidas nas reuniões havidas. (doc. 5) -----

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pego felicitou os novos Presidente da Câmara Municipal e Vereadora de quem espera a continuação do trabalho de proximidade e de preocupação com as pessoas. -----

----- Felicitou, também a ex-Presidente Maria do Céu Albuquerque pelo novo desafio de que nos devemos orgulhar. -----

----- Como mulher e Presidente de Junta de Freguesia quer continuar a sonhar, caminhando em união para sermos mais fortes. (doc. 6) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE), pretendendo saber como se posiciona o novo Presidente da Câmara, questiona: -----

a) – Localização da nova travessia do Tejo; -----

b) – Demolição do antigo mercado diário; -----

c) – Política de saúde. (doc. 7) -----

----- Questiona também, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acerca da transmissão das sessões. (doc. 8) -----

----- Apresentou uma proposta de retirada do ponto 2. – Transferência de competências, responsabilizando o Senhor Presidente da Assembleia pela ultrapassagem dos prazos. (doc. 9) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Ana Paula Cruz (CDU) questiona o Executivo sobre a repavimentação das estradas em Mouriscas. (doc. 10) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos felicitou a nova Secretária de Estado e os novos Presidente da Câmara Municipal e Vereadora Paula Grijó. -----

----- Aposta na diferença do novo Presidente para um olhar mais próximo para as nossas freguesias. -----

----- Reconhece o mérito e o esforço da Câmara Municipal no desenvolvimento dos contratos administrativos com todas as Juntas. (doc. 11) -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) felicitou os recentemente empossados Presidente da Câmara e Vereadora no desempenho das novas funções com brio, denodo e, acima de tudo, tendo em atenção os melhores interesses dos munícipes e do Município. -----

----- Estende, igualmente, os parabéns à nova Secretária de Estado, apesar de não ter respeitado o compromisso com o cidadão eleitor. -----

----- Relembrou a oposição entre a anterior Presidente da Câmara e os Vereadores do seu partido sobre o sistema intermunicipal de abastecimento público de água, saneamento, águas residuais e recolha de resíduos urbanos, com a constituição de uma empresa intermunicipal. -----

----- Aproveitou para colocar um conjunto de perguntas, sobre: -----

a) – Revisão do PUA; -----

b) – Freguesias rurais; -----

c) - Recomendação de Re florir Abrantes; -----

d) - Atribuição do nome de Eurico Heitor Consciência a uma rua; -----

e) – Gestão do Aquapolis Sul; -----

f) – Falta de apoio e interesse no investimento de 70 milhões de euros; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



g) – Reparação na Rua Fonte das Duas Bicas, em Rio de Moinhos. (doc. 12) -----

---- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, cumprimentou a nova Vereadora Paula Grijó, a quem desejou um excelente trabalho, com a excelente equipa de que já fazia parte, noutras funções e com muita coragem. -----

---- Uma palavra para Maria do Céu Albuquerque, nova Secretária de Estado, que não esquecerá de onde veio e que continuará a olhar para toda a nossa região. ----

---- Cumprimenta, também, o novo Presidente, bem conhecido por Neo, que não vai deixar de ser quem foi, o que é muito importante para todos nós que continuaremos a contar com a sua dedicação, companheirismo, empenho e lealdade. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu a questões colocadas sobre: -----

a) – Comissão de saúde -----

---- Está tudo feito, tendo havido um manifesto erro de comunicação que julgava ultrapassado pela presença de todos. -----

---- Fará chegar uma súmula e os contributos de todos os participantes; -----

b) – Transmissão das sessões da Assembleia -----

---- Está ultrapassada a questão do impedimento legal. -----

---- Falta a execução, dependente da execução orçamental. -----

---- Vai tentar a agilização do processo; -----

c) – Retirada do Ponto 2. -----

---- Não o fará, a não ser que a Assembleia assim o decida. -----

---- Após consulta jurídica, entende que, com exceção da educação, que será para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22

abril, todas as outras só terão de vir a esta Assembleia se a decisão do Executivo for negativa. -----

----- Quanto às decisões intermunicipais têm de vir à Assembleia; -----

d) – Empresa Intermunicipal de Água e Saneamento -----

----- Ficou surpreendido com a afirmação da Senhora Presidente da Câmara, no programa Prós e Contras, de que esta Assembleia estava contra a adesão. -----

----- Participou numa reunião com o Eng. Faria de Oliveira, não se tendo pronunciado afirmativa ou negativamente por falta de mandato desta Assembleia. -----

----- O facto de a Assembleia de Tomar ter discutido o assunto não o preocupou pela promessa da Senhora Presidente de que seria pedida a convocação quando houvesse algo de novo. -----

----- Na reunião, o Senhor Eng. Faria de Oliveira referiu que, em Coimbra, a ida à Assembleia levou ao Tribunal de Contas, o que não interessava pelas demoras que o processo iria sofrer. -----

----- Reafirmou que o Município tem dois órgãos, cada qual com as suas competências. -----

----- Cumprirá as decisões desta, honrando a confiança em si depositada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu os cumprimentos e o desejo de felicidades nas novas funções, aceitando com grande orgulho representar Abrantes com o indispensável apoio da sua equipa. -----

----- Aproveitou para felicitar a anterior Presidente Maria do Céu Albuquerque na chamada a mais elevadas funções no Governo. -----

----- Em resposta às questões postas, destaca-se: -----

a) – Redes Viárias -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- Há muitas fragilidades resultantes de intervenções no saneamento básico e de falências de empresas. -----

----- Com o tempo, ir-se-á procurar a indispensável recuperação. -----

b) – Proximidade com as Freguesias -----

----- Com a sua posse, não há nenhuma interrupção de ciclo. -----

----- Neste momento, há a possibilidade de estar mais próximo das Freguesias, que bem conhece. -----

----- Os contratos interadministrativos têm sido uma boa solução, com distribuição equilibrada e justa. -----

----- O aproveitamento das candidaturas aos Fundos Comunitários levou à prioridade dos investimentos na cidade; -----

c) – Saúde -----

----- Era um pelouro, pela sua importância, tratado pela Senhora Presidente. -----

----- Vai ficar a cargo da Senhora Vereadora Celeste Simão. -----

----- Quanto ao problema de S. Miguel do Rio Torto vai ser marcada uma reunião com a Dr.^a Sofia Theriaga do ACES para se fazer uma avaliação e verificar soluções. ----

----- A gestão e organização dos médicos e enfermeiros é da responsabilidade da ARS;

d) – Agregação das redes de água e saneamento -----

----- Como Presidente dos SMAS acompanhou todo o processo e conheceu os estudos.

----- Rapidamente se percebeu que Abrantes estava muito à frente e mais próximo das pessoas. -----

----- O estudo previa um aumento geral das tarifas. -----

----- Se houver propostas de alterações, com melhores soluções, irão ser estudadas;

e) – Mercado diário -----

----- Neste momento, não há nenhum projeto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata n° 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- Se aparecer um novo, com propostas interessantes, será, naturalmente, analisado; -----

f) – Ponte sobre o Tejo -----

----- A ponte esteve inscrita no PRN 2000, não tendo sido feita por falta de verbas. -

----- Há estudos feitos, incluindo o de impacto ambiental. -----

----- Não vamos andar para trás 12 ou 14 anos. -----

----- O Executivo defende a construção da ponte para o local apontado nos estudos.

----- A ponte é importante para as nossas empresas e populações. -----

g) – Bioparque -----

----- Os investidores apresentaram a proposta que mereceu decisão negativa do ICNF e da CCDR, quanto à REN. -----

----- No prazo legal de 10 dias não se pronunciaram. -----

----- Lamentamos não podermos acolher este investimento. -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) agradece os esclarecimentos, quanto ao Bioparque. -----

----- Não tinha conhecimento das condicionantes. -----

----- Entende, no entanto, que quer pelo montante dos investimentos, quer quanto aos postos de trabalho, deveria ter um esforço maior. -----

----- Quanto ao mercado, o PSD afirma-se contra a demolição aconteça o que acontecer. -----

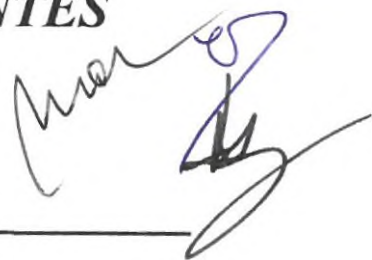
----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE), quanto às Freguesias, lembra a sua responsabilidade pelo Gabinete das Freguesias. -----

----- Quanto ao mercado, já foram trazidas muitas ideias para a sua reabilitação. --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- A manutenção e a reabilitação cabem ao cuidador do património. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou o Senhor Deputado Pedro Grave (BE) a fazer uma justificação sucinta da sua moção sobre o Combate Contra a Violência Doméstica e de Género, para a sua inclusão na ordem de trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE) lembrou que se assinalava, hoje, o dia europeu da Vítima de Crime. (doc. 13) -----

----- Posta à votação a Moção foi **aceite por unanimidade**. -----

----- **Período da Ordem do Dia (POD)** -----

1. - Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade Municipal (doc. 14) -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, para além da informação escrita distribuída, destacou: -----

- a) – Disponibilidade de carregamento para veículos elétricos no Largo 1º de Maio; --
- b) – Substituição no Comando do RAME -----

----- Regista-se a saída do Coronel César Reis, como 1º Comandante, indispensável na instalação da Unidade. -----

----- Agradece-se a sua disponibilidade e a abertura à Comunidade, não só abrantina,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



- mas também dos concelhos limítrofes. -----
- Saúda-se o assumir do Comando do Coronel Mário Alexandre Álvares, desejando-lhe as maiores felicidades e total colaboração; -----
- c) – Cerimónia na EPDRA -----
- Entrega dos prémios aos melhores alunos do ensino secundário e profissional;
- d) – Presidência da Federação Distrital de Bombeiros -----
- Assumida pelo Presidente da nossa Associação Humanitária, Eng. João Furtado.
- e) – Novas atividades comerciais -----
- Presença em Alvega e no Centro Histórico; -----
- f) – Novo espaço do serviço de emergência médico-cirúrgica no CHMT; -----
- g) – Início do funcionamento da Loja do Cidadão; -----
- h) – Abertura da USF de Rossio ao Sul do Tejo; -----
- i) – Comemoração dos 163 anos do Comendador Duarte Ferreira no Museu -----
- Assinatura de protocolo com a Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de História Contemporânea; -----
- j) – Campanha de prevenção de incêndios florestais; -----
- k) – Reparação de infraestruturas atingidas pelos incêndios; -----
- l) – Grande esforço financeiro das Autarquias, sem a necessária transferência do Estado, nas intervenções de proteção contra incêndios; -----
- m) – Centro Coordenador de Transportes -----
- Intervenção, em colaboração com a Rodoviária, de modo a melhorar o espaço e combater o vandalismo. -----
- O 1º piso ficará só acessível às Associações. -----
- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) questionou sobre: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



- a) – O que se vai fazer no Aquapolis? -----
b) – Para quando as respostas às recomendações aprovadas? -----
c) - As intervenções no Centro Coordenador de Transportes vão impedir o acesso aos WC? -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em intervenção final, esclareceu que há muito trabalho a fazer nos dois Aquapolis. -----

----- Regista, com desagrado, a vandalização dos WC do sul. -----

----- Os quiosques, no sul, são estruturantes. -----

----- Tem de se conseguir novas ideias de modo a atrair concorrentes credíveis para a sua exploração. -----

----- Compreende a angústia do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- A Rodoviária do Tejo, no Centro Coordenador, fez WC e sala de espera no R/C, para melhor comodidade dos utentes. -----

2. - Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a deliberação camarária respeitante a diplomas sectoriais. -----

----- As transferências decorrem da lei. -----

----- Este pacote incide sobre: -----

a) – Promoção turística; -----

b) – Justiça; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



c) – Rede dos quartéis de Bombeiros Voluntários e dos programas de apoio às suas corporações; -----

d) – Projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimentos. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE) insiste na retirada deste ponto.

----- No seu entendimento, apoiado nos quadros da DGAL, os prazos estão ultrapassados. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a proposta se refere apenas às transferências para as Comunidades Intermunicipais. -----

----- Retomando a sua intervenção, o Senhor Deputado Municipal Pedro Grave afirma que o BE é, em princípio, favorável à descentralização, mas muito crítico à forma como é imposta. -----

----- Entende não ser de entregar matérias tão importantes às CIMs. -----

----- Anunciou o seu voto contra. (doc. 15) -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) afirmando-se favorável à descentralização, entende que o acordo entre o PS e o PSD nacionais não está a ser cumprido. -----

----- Há muitas dúvidas quanto ao pacote financeiro a transferir para os Municípios e as CIMs assumirem estas novas responsabilidades. -----

----- Critica a falta do envio a esta Assembleia, em tempo oportuno, da informação relativa aos diplomas sectoriais. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- Entende que os prazos relativos às transferências da área da justiça e do apoio aos bombeiros voluntários já estão ultrapassados. -----

----- Anunciou o seu voto contra. (doc. 16) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Elsa Lopes (CDU), saudou os novos Presidente e Vereadora, a quem deseja felicidades pessoais e profissionais. -----

----- Afirma que a aprovação das Leis nºs 50 e 51/2018 confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a criação de sérios problemas à gestão das autarquias. -----

----- O Senhor Presidente da República, na promulgação, apontou um conjunto de riscos. -----

----- Apenas são transferidas competências de mera execução. -----

----- A lei prevê gradualidade nas transferências, sendo obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2021. -----

----- A posição da autarquia expô-la a decisões que podem lesar o interesse do Município e das populações. -----

----- Anunciou o seu voto contra (doc. 17) -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede considera que a generalidade da população exige a regionalização, por agora, descentralização. -----

----- Há quem concorde e discorde desta legislação. -----

----- A atual legislação peca de confusão nos prazos definidos e de auscultação. ----

----- Para emitirmos opinião, precisamos de saber donde vimos e para onde vamos.

----- Quanto às CIMs já têm estas, ou parte destas competências. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



-
- Quanto ao pacote de educação, tem de haver maior esclarecimento e discussão.
- No Conselho Municipal de Educação já foi transmitida informação do trabalho do Executivo na presença dos Diretores da comunidade escolar. -----
- De resto, a lei foi votada no Parlamento por maioria, onde o PS não é maioritário. -----
- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) a propósito do Conselho Municipal de Educação, constata que o seu partido não está lá representado. -----
- É interessante a ideia do gradualismo que foi imposta pelo PSD. -----
- É totalmente favorável à ideia da descentralização. -----
- Há vontade do Presidente do partido em avançar para a regionalização, tema difícil e discutível. -----
- Os Municípios e as CIMs recebem, constantemente competências, mas não dinheiro para desempenhar as suas funções. -----
- Não pode aceitar que, com tantas dúvidas, tenhamos apenas de carimbar, tratando como mera questão burocrática. -----
- O seu voto é de protesto. -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu os diplomas aprovados na parte respeitante à produção de efeitos. -----
- A verdade é que se não for em 2019, é em 2020 ou 2021. -----
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal concorda com a maior parte das posições, quanto à complexidade do tema. -----
- A pergunta feita à Câmara não é se quer. -----
- O que é perguntado é se quer hoje, amanhã ou depois. -----
-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22

----- A estratégia adotada é de aceitar já algumas competências e acompanhar a evolução da situação. -----

----- Quanto à educação e saúde, serão tratadas mais tarde. -----

----- Na CIMT, os Presidentes decidiram aceitar a descentralização nas quatro áreas propostas. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS e do Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, com 8 (oito) votos contra (2 – BE + 2 – CDU + 4 – PSD) e 2 (duas) abstenções (Presidente da União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto + 1 – CDS-PP). (doc. 18) -----

3. Alteração ao regulamento da estrutura nuclear – aumento em 3 Unidades Orgânicas flexíveis (Divisões) -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal justificou a proposta com a necessidade de fazer face às exigências da descentralização de competências. -----

----- As unidades irão sendo criadas à medida das necessidades. -----

----- Em qualquer momento, o organigrama pode ser alargado. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Fernanda Aparício (PSD) procura saber quais os procedimentos a cumprir na base da alteração e quais as unidades orgânicas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirma a intenção de antecipação para responder atempadamente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 19) -----

4. - Procedimento Concursal para provimento – Chefe da Divisão de Resíduos Sólidos Urbanos – SMA -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirma tratar-se de concurso para Chefe de Divisão, já existente. -----

----- Nos SMAS havia duas áreas, a operacional e a jurídica-financeira. -----

----- Houve necessidade criar outra divisão para tratar dos resíduos sólidos urbanos e do ambiente. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 20) -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs que os **pontos 5., 6. e 7.** pudessem ser tratados conjuntamente por serem processos administrativos, bem conhecidos por todos, o que foi aceite. -----

5. - Procedimento pré-contratual para “Fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais” – assunção de compromisso plurianual --

6. - Procedimento para “Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas de 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes” - assunção de compromisso plurianual -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22

7. - Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes

- Nomeação do auditor externo -----

----- Postas à votação, as propostas foram: -----

Ponto 5. - aprovada por unanimidade. (doc. 21) -----

Ponto 6. - aprovada por unanimidade. (doc. 22) -----

Ponto 7. - aprovada por unanimidade. (doc. 23) -----

8. - Moção - Plano Nacional de Investimentos 2030, uma oportunidade perdida, uma promessa incumprida - apresentada pelo PSD -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) apresentou a moção. (doc. 24) -----

----- Posta à votação, a proposta foi **rejeitada** com 23 (vinte e três) votos contra do PS, 11 (onze) votos a favor (1 - CDS-PP + 2 - BE + 2 - CDU + 4 - PSD + Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos + Presidente da União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto). (doc. 25) -----

----- Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: -----

a) - Elsa Lopes (CDU) - (doc. 26); -----

b) - Tiago Chambel (PS) - (doc. 27). -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



9. - Moção - Solicitação de esclarecimentos sobre a efetiva localização de ponte sobre o Rio Tejo entre Abrantes e Constância – apresentada pelo PSD -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) apresentou a moção, que mandata o Presidente da Assembleia Municipal a questionar o Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas. (doc. 28) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE) considera justificada a moção e partilha a necessidade de definição sobre a localização da nova travessia do Tejo. (doc. 29) -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Veiga (PS) historiou o processo da construção da ponte e acredita que será no local previamente definido, assim como a variante à E.N. 118, junto a Tramagal, será uma realidade. (doc. 30) -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede considera que o traçado de acesso à ponte já está feito, não fazendo sentido procurar outro. -----

----- Considera a moção pertinente. -----

----- A construção está consagrada no PR 2000. -----

----- Tem importância regional e concelhia, permitindo aumentar os níveis de competitividade. -----

----- Temos de estar juntos, na defesa dos nossos interesses e da região. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal considera muito importante esta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



união na defesa de um investimento estratégico. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (docs. 31 e 28) -

10. - Moção – Proposta de Recomendação - Por um Município de Abrantes mais amigo dos invisuais e dos daltónicos -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD) apresentou a sua proposta de recomendação, a processar por fases e olhando para as situações de maior perigosidade. (doc. 32) -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, entendendo como boa a sugestão, deu a palavra à Senhora Vereadora Celeste Simão. -----

----- A Senhora Vereadora Celeste Simão gostou muito da introdução do texto. -----

----- Esta matéria é uma marca do programa deste Executivo. -----

----- Deu conta de uma candidatura aprovada dentro do turismo acessível que pormenorizou. -----

----- Falou, igualmente, da implementação do código *ColorAdd* (Alfabeto de cores para daltónicos criado por Miguel Neiva). -----

----- A sua implementação será faseada e acompanhada por grupo de especialistas.

----- As intervenções devem começar pelas escolas com rastreios. -----

----- Há um projeto de muitos anos na Biblioteca para invisuais. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- A Senhora Deputada Municipal Joana Pascoal (BE) apoia a proposta de recomendação. -----

----- Gostaria de ver maior celeridade na concretização das moções/recomendações aprovadas nesta Assembleia. (doc. 33) -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (docs. 34 e 32) -

11. - Moção - ARU - apresentada pelo eleito do MIFRM - Movimento Independente Freguesia de Rio de Moinhos -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos apresentou a moção/recomendação para a criação da área de reabilitação urbana (ARU) nas freguesias rurais. (doc. 35) -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o ARU tem uma validade de três anos, com exigência de investimento público. -----

----- Neste momento, trabalha-se no de Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo. -----

----- A intenção é prosseguir, de acordo com as disponibilidades pessoais e financeiras. -----

----- Não é possível iniciar-se já esta operação. -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Fernandes (PSD), pessoalmente, está a favor da proposta, até por aquilo que conhece da localidade. -----

----- Sugere a alteração da intenção, podendo haver esforço para ser mais célere. --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal argumenta não poder pôr em causa a estabilidade financeira. -----

----- Pediu a retirada da parte final da recomendação, no que diz respeito ao início da operação, o que foi aceite. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tramagal está solidário com o pedido de Rio de Moinhos. -----

----- Quando possível, espera o prosseguimento para outras Freguesias. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarece que o processo demora quatro a cinco anos, com exigência de muitas consultas e efetivos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal considera necessário termos de pensar a nossa realidade de modo a perceber o esvaziamento de vários locais. -----

----- O primeiro trabalho é o de pensar a delimitação. -----

----- O proponente diz que Vila Pouca de Aguiar aprovou oitenta e oito delimitações.

----- Há diferenças entre a reabilitação e a delimitação. -----

----- Há programas específicos para investimentos públicos e privados. -----

----- Posta à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (docs. 36 e 35) --

12. – Moção - Pelo Combate Contra a Violência Doméstica e de Género -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE) apresentou, sucintamente, a sua proposta. (doc. 13) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirma tratar-se de um tema que a todos preocupa, face aos números divulgados. -----

----- Deu a palavra à Senhora Vereadora Celeste Simão que historiou a atuação, desde 2011, da REIVA, onde estão todos os parceiros, com técnicos habilitados. ---

----- O trabalho iniciado está a correr muito bem. -----

----- Não precisamos de mais leis. -----

----- O que necessitamos é que as existentes sejam aplicadas. -----

----- Os técnicos de apoio à vítima não veem o seu trabalho reconhecido pelo Ministério Público. -----

----- Houve reuniões com Juíza e Ministério Público para falar a mesma linguagem. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Fernanda Aparício (PSD) está solidária com a moção. -----

----- É uma questão de cidadania e cultural, que devemos defender em conjunto. --

----- Devem ser acauteladas as medidas de coação e cautelares. -----

----- A moção devia incluir estas medidas. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS) afirma tratar-se de um tema fraturante na nossa sociedade que a todos preocupa. -----

----- Desde 2007 que temos legislação única no Mundo. -----

----- No nosso Município temos de distinguir o antes e o depois de 2011. -----

----- Fomos os primeiros a criar o REIVA, onde participa. -----

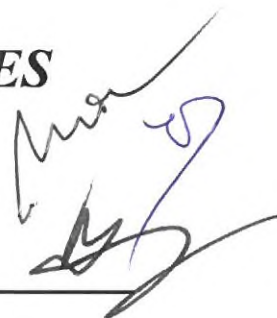
----- A rede funciona e tem resultados. -----

----- Depois da ida à urgência há um número para contactar nas várias entidades, com técnicos preparados. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



----- Este tipo de moções deve ser apresentado a tempo e horas para as ideias serem partilhadas e enriquecidas. -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede defende que esta moção possa ser enriquecida e melhorada. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Grave (BE) aceita a sugestão, propondo a aprovação na generalidade, com aperfeiçoamento em conferência de líderes. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceita a sugestão e propõe a concordância da Assembleia, o que aconteceu. -----

----- Na redação final, participarão todos os grupos, bem como a Câmara e o Presidente da Assembleia. -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo realçou a situação de casais que continuam a viver juntos por não se poderem divorciar, devido a vários fatores, entre os quais o económico. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 37) -----

----- INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -----

----- Usaram da palavra: -----

1) – Fernando Costa Almeida António sobre a extinção do posto de saúde de S. Miguel do Rio Torto. (doc. 38) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



2) – João Morgado, sobre: -----

a) – Vandalismo; -----

b) – Aquapolis sul -----

----- Proposta para funcionamento; -----

c) – Mercado municipal -----

----- Propostas de utilização. -----

3) – António José Carvalho, sobre: -----

a) – Distribuição da reabilitação urbana por todo o território municipal; -----

b) – Localização da ponte sobre o Tejo; -----

c) – Descentralização; -----

d) – Escola Secundária de Tramagal; -----

e) – Protocolos da Câmara com as Juntas de Freguesia; -----

f) – Orçamento Participativo de 2018; -----

4) – José Moreira sobre: -----

----- Fecho do Centro de Saúde, Farmácia e Correios em S. Miguel do Rio Torto. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões postas, destacando: -----

a) – Fecho do Centro de Saúde de S. Miguel do Rio Torto -----

----- A regulação e distribuição dos médicos e dos enfermeiros é da responsabilidade do Ministério da Saúde. -----

----- A Câmara colabora para melhorar as condições. -----

----- Vai marcar reunião com a Dr.^a Sofia Theriaga do ACES, sem nada poder

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



prometer. -----

b) – Vandalismo -----

----- É necessário vigilância e denúncia; -----

c) – Câmara de jovens -----

----- Programa a cargo do Senhor Vereador Luís Dias. -----

----- Processo idêntico ao das eleições autárquicas; -----

d) – Transferência de competências -----

----- A Câmara já pratica há muito tempo e com bons resultados; -----

e) – Escola Secundária -----

----- A Senhora Vereadora Celeste Simão já lá esteve com uma equipa para se inteirar da situação; -----

f) -Ponte sobre o Tejo -----

----- Estamos todos muito interessados na sua concretização. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos pelas dezanove horas e oito minutos, tendo todos os textos das propostas de deliberação, (docs. 18 a 23, 25, 31, 34, 36 e 37), sido aprovados em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nº 3 do artigo 29º do Regimento. -----

O Presidente da Assembleia



António Lucas Gomes Mor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2019

Sessão Ordinária realizada em 2019/02/22



O Primeiro Secretário



Manuel Duarte dos Santos

A Segunda Secretária



Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

ÓRGÃOS	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Ordinária 22 de fevereiro de 2019	Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	PS	Manuel Jorge Sêneca Luz Valamatos Reis		✓		
		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão		✓		
		João Carlos Caseiro Gomes		-	F	Falta
		Luís Filipe Correia Dias		✓		
		Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires		✓		
	PPD/PSD	Rui Manuel Duarte Baptista dos Santos		✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	B.E.	Armindo Rodrigues Silveira		✓		
	PS	António Lucas Gomes Mor		✓		
		Manuel Duarte dos Santos		✓		
		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓		
		Jorge Manuel do Carmo Beirão		✓		
		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto		✓		
		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓		
		Francisco José Vilela Mendes		✓		
		Elisabete Vieira Matias Aragão Furtado Pereira		✓		
		Benjamim Marques Filipe		✓		
		Pedro Miguel Mascate Costa (substituição)		-	S	Substituição
		Ana Maria Antunes Braz		✓		
		Tiago André Lopes Chambel		✓		
		António Rui Emídio Pratas Veiga (substituto)		✓		
	PPD/PSD	João Francisco Salvador Fernandes		✓		
		Fernando Manuel Ribeiro Teimão		✓		
		Maria Fernanda Pires Aparício		✓		
		Paula Monteiro Pereira (substituição)		-	S	Substituição
		João Paulo Mendes dos Santos Bioucas (substituto)		✓		
	B.E.	Pedro Alexandre Leitão Grave		✓		
		Joana Filipa Martins Pascoal		✓		
	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes		✓		
		Simão Manuel de Matos Borrega (substituição)		-	S	Substituição
		Dário Manuel Agostinho da Encarnação Lima (substituto e substituição)		-	S	Substituição
		Ana Paula Navalho David Cruz (substituta)		✓		
	CDS-PP	Tiago Estêvão Fidalgo		✓		
JUNTAS DE FREGUESIA	PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓		
		Luís Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓		
		Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓		
		Maria Teresinha C. Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓		
		Pedro Alexandre Serrano Cordeiro Matos	JF Mouriscas	✓		
		Maria Florinda Fontinha Sousa Salgueiro	JF Pego	✓		
		Vitor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓		
		Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓		
		José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓		
		António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓		
		Luís Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓		
	MIFRM	Rui Manuel Vasco André	JF Rio de Moinhos	✓		
	PPD/PSD	Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓		

S Substituição

F Falta

49
(doc.2)

Senhor Presidente da Assembleia
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
Caros Munícipes, conterrâneos



Foi com grande orgulho como abrantino em primeiro lugar, e satisfação depois, como apoiante desde a primeira hora da candidatura de Maria do Céu Albuquerque á presidência do executivo municipal, que tive conhecimento da sua integração como Secretária de Estado no governo do nosso país, reforçando deste modo o valor e competência da referida autarca.

O nosso Município ao longo dos vários mandatos, desde 3 de janeiro de 1977, nas primeiras eleições livres para o poder autárquico, em que foi empossada a primeira vereação da Câmara Municipal de Abrantes, e pese embora o pluralismo de ideias através dos programas partidários concorrentes aos vários executivos municipais, tem sido a Agenda Política do Partido Socialista de Abrantes através dos seus candidatos, a merecer a confiança dos cidadãos do Concelho para a gestão dos destinos da autarquia. Apenas por uma única vez, não foi conseguido esse desiderato.

A Agenda Política, presentemente em execução, sustentada na agenda apresentada a sufrágio nas últimas eleições e que mereceu a confiança bem reforçada dos munícipes através de uma maioria absoluta de votos e mandatos dos candidatos do Partido Socialista, para a presente legislatura autárquica, está construída sobre vasto património que a confiança, sempre depositada pelos Abrantinos, permitiu acumular ao longo dos sucessivos mandatos. A presença de elementos de continuidade reflete esse património e projeta opções políticas que extravasam necessariamente os ciclos políticos curtos que têm lugar de 4 em 4 anos. Por esta razão, consideramos que a Visão de Desenvolvimento adotada para Abrantes conserva toda a sua validade e deve, por isso, continuar a nortear a ação deste executivo, nomeadamente:

- Valorizar as Pessoas - Melhorar a Qualidade de Vida;
- Incluir todos - Reforçar a Coesão Social;
- Fomentar o Investimento - Gerar Mais Oportunidades Profissionais;
- Promover a Reabilitação - Dar Vida Nova aos Espaços Urbanos;

- Defender o Território - Utilizar os Recursos de Forma Sustentável;
- Aperfeiçoar a Governação - Envolver a Comunidade.

São estas as Prioridades Estratégicas de continuidade deste executivo, agora com a liderança do Presidente Manuel Jorge Valamatos dos Reis, que com a experiência já adquirida ao longo dos anos, com a sua participação nos executivos de dois excelentes Autarcas que presidiram ao nosso município, designadamente, Nelson Augusto de Carvalho e Maria do Céu Albuquerque, aliada a uma nova visão, cunho pessoal e competência do novo presidente e toda a equipa governativa, será um bom pronuncio para a continuidade de uma competente Gestão do Município de Abrantes, mantendo como referencial de sustentação a situação económica e financeira equilibrada da Câmara, sustentada num rigoroso exercício de planeamento, com especial preocupação da proteção da economia local das empresas e das famílias, em estrito cumprimento com as políticas públicas relacionadas com a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Senhor Presidente desejo-lhe toda a sorte, porque será também a do município, para a sua gestão, Forte, Inteligente e Gentil.

P.S.

22/02/2019

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the bottom.

Sessão de 22/02/2019



Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,

Senhora e Senhor Secretários;

Senhor Presidente da Câmara Municipal;

Senhoras e Senhores Vereadores;

Senhoras e Senhores Deputados Municipais;

Presidentes de Junta;

Público presente;

Comunicação Social

Felicito, desde já, o senhor Presidente da Câmara Municipal, bem como, a senhora vereadora Ana Paula Grijó, desejando-lhes os maiores sucessos no desempenho destas novas funções.

Algumas freguesias e, em concreto, a freguesia de Aldeia do Mato e Souto, são territórios fragilizados, com pouca população e onde o flagelo dos incêndios, não só destruiu grande parte da área florestal, como também, provocou sentimentos de frustração e depressão nas pessoas.

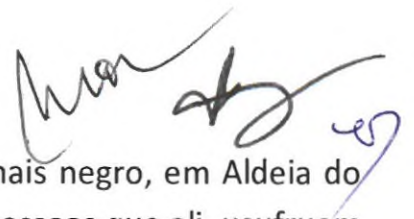
A freguesia de Aldeia do Mato e Souto, reconhecidamente, tem um elevado potencial turístico, contudo, tal parece não estar a ter a atenção devida.

- Na freguesia que represento, já não há escolas abertas nem jardins de infância e infelizmente, os maiores investimentos da Junta de Freguesia, têm sido em cemitérios mas, há crianças, jovens, adultos e idosos. Há pessoas.

Se queremos desenvolver e potenciar o turismo, não nos podemos esquecer do estado em que se encontra uma parte substancial da rede viária da freguesia mas também, a deficiente ou quase inexistente, cobertura de rede móvel, em algumas aldeias.

Neste mundo globalizado e fortemente eletrónico, a referida rede móvel, pode quase assumir a importância de um bem de primeira necessidade.

A este propósito, tem feito a Junta de Freguesia diversas diligências, não tendo obtido, até ao momento, qualquer resultado prático. Assim, afigura-se pertinente que possa a Câmara Municipal, diligenciar de forma mais consistente, no sentido de resolver este problema,



que de uma forma genérica afeta todos, atingindo o seu ponto mais negro, em Aldeia do Mato onde, nos meses estivais, afluem diariamente, centenas de pessoas que ali, usufruem da infraestrutura municipal que é a praia fluvial.

Sendo, praticamente impossível, inverter esta tendência de perda de população podemos, no entanto, minimizá-la, criando as condições possíveis, para que alguns se fixem. Felizmente, já vai havendo alguns casos de novos residentes, vindos de outras paragens.

O modelo encontrado pela Câmara Municipal, através dos Contratos Interadministrativos, para apoio às freguesias, não sendo perfeito e pecando, em termos de valores, por defeito tem, todavia, algumas virtudes, destacando entre elas, a razoabilidade da negociação e a celeridade do processo de decisão.

Em democracia, os cargos políticos, não se perpetuam, estando limitados no tempo. Nessa medida, as pessoas que os desempenham vão sendo substituídas mas, as freguesias ou, no limite, os territórios permanecem e é a eles que tem que ser dada a necessária atenção, dotando-os de condições.

Tendo, o senhor Presidente da Câmara Municipal assumido, ser esta nova etapa, agora iniciada, um projeto de continuidade, decorrendo daí, a manutenção de uma determinada visão do território, desejo que, pelo menos, no que às freguesias rurais e periféricas diz respeito, o ângulo de visão se altere, para que a perspetiva seja outra, mais favorável, proporcionando as melhores condições para quem aí reside, para quem visita e ainda, para quem se pretende fixar.

Também a senhora Secretária de Estado, recentemente empossada, a quem endereço as minhas felicitações, desejando-lhe os maiores sucessos, nas suas novas funções, pode contribuir para este desiderato de desenvolver a nossa região.

Termino, desejando, ao senhor Presidente da Câmara Municipal e a todo o seu executivo as maiores felicidades.

Assembleia Municipal
22 de Fevereiro de 2019

ANTES ORDEM DO DIA

Cuidados de Saúde Primários no concelho de Abrantes

No seguimento da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda na Sessão de Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2018, intitulada de “Em defesa dos Cuidados de Saúde Primários do Concelho de Abrantes” a qual recomenda às entidades competentes que movam todas as diligências para que os médicos de família voltem a prestar serviço em todas as freguesias do concelho de Abrantes, tendo sido aprovada por unanimidade, venho solicitar esclarecimentos sobre o que já foi feito neste sentido. Para quem foi encaminhada esta moção? Quais as respostas já obtidas? O que os Srs. Presidentes de Junta estão a fazer, ou já fizeram, para trazer de volta o médico de família às vossas aldeias?

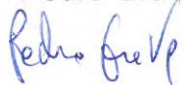
Um exemplo bem recente, entre a data de aprovação por unanimidade desta moção, que teve o contributo da bancada do Partido Socialista para a sua redacção final, e a presente data (precisamente 1 ano civil), em vez de trazer de volta o médico de família às nossas aldeias, perdemos a extensão de saúde de São Miguel do Rio Torto, no início deste mês, onde foi afixada na porta fechada uma informação aos utentes para se dirigirem à USF Beira Tejo.

Outro exemplo, e este que deixa uma União de Freguesias, que é a 2ª maior do nosso concelho, sem qualquer médico de família. A União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós encontra-se sem médico de família em qualquer uma das suas aldeias.

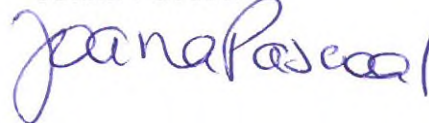
Caríssimos, todos nós votámos favoravelmente esta moção...e o que está a acontecer? Todos os cuidados de saúde estão a ser centrados nas novas USF's, obrigando todos os utentes, de todas as classes sociais, a terem de se deslocar vários kms para obterem os cuidados primários de saúde, ao contrário do que aprovámos unanimemente nesta moção.

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019
Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave



Joana Pascoal





(Handwritten signature)
(doc 5)

ANTES ORDEM DO DIA

Comissão de Saúde – Retorno de informação de reuniões ACES e CHMT

De acordo com o Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, seriam aqui apresentadas as informações recolhidas das reuniões tidas, no âmbito da Comissão de Saúde, com o ACES e o CHMT nos passados dias 31 de julho e 13 de agosto de 2018, respetivamente. Quando são apresentadas essas informações, como resultado do trabalho já realizado pela Comissão para a Saúde, visto que já se passou mais de meio ano?

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019


Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave

(Handwritten signature of Pedro Grave)

Joana Pascoal

(Handwritten signature of Joana Pascoal)



Exmo Senhor Presidente da Assembleia,

Exmos Secretários,

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e
Senhores Vereadores,

Exmas Senhoras e Senhores Deputados,

Caros colegas presidentes de Junta, comunicação Social e público aqui
presente.

Em primeiro lugar felicitar o nosso novo Presidente Manuel Valamatos e a
nossa nova Vereadora Paula Grijó.

É com algum orgulho e satisfação que venho fazer esta minha intervenção,
debruçando-me sobre 2 coisas fundamentais no partido socialista:

A primeira - é sentir o dinamismo, o bem estar de toda esta família que se
preocupa com as pessoas, logo conseguiu colocar na presidência e sem
qualquer problema uma pessoa que lutou e continua a lutar pelo bem estar de
todos nós presidentes de Junta e por toda a população do concelho. Um
continuar de todo o trabalho de proximidade que temos feito e continuamos a
fazer em prol de todos os Abrantinos.

A Segunda – Felicitar a nossa Ex-presidente M^a do Céu Albuquerque que
abraçou um novo desafio como Secretária de Estado do Desenvolvimento
Regional do Planeamento que será para nós uma mais valia, pois estamos no
interior. Uma mulher Abrantina PS no Governo algo de que nos devemos
orgulhar.

Para terminar tenho apenas que dizer o que sinto como presidente de Junta,
como mulher, nunca devemos parar de sonhar porque o sonho comanda a
vida. Logo vamos dar continuidade ao nosso sonho e ao trabalho que temos
feito nesta família PS.

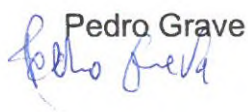
O CAMINHO FAZ-SE CAMINHANDO E JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

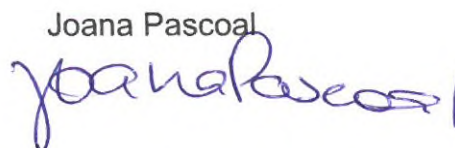
**ANTES ORDEM DO DIA
POSIÇÕES SR. PRESIDENTE CMA
PONTOS GRANDE IMPORTÂNCIA**

- De modo a podermos entender como se posiciona o Sr. Presidente da Câmara em relação a alguns assuntos actuais, que consideramos de extrema importância para Abrantes, perguntamos:

- 1)- Em relação à localização da nova travessia do IC9 sobre o Tejo, face à não definição da sua antecessora, da CIMT e do governo, qual a solução que vai defender?
- 2)- Em relação à decisão por força da maioria nesta Assembleia, para a demolição do edifício do Antigo Mercado Diário de Abrantes, mantém e apoia?
- 3)- Em relação à política de Saúde seguida até agora pelo PS, retirando os médicos das freguesias limítrofes e concentrando os serviços, e fazendo fé nas suas declarações recentes, que cito: "É o momento de olhar para as nossas freguesias de forma mais próxima", podemos esperar alterações que tragam de volta às aldeias os médicos e, conseqüentemente, alguma da qualidade de vida que tem sido retirada às freguesias e aos seus habitantes?

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019
Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave


Joana Pascoal




(Handwritten signature)
(doc.8)

Assembleia Municipal

22 de Fevereiro de 2019

(Handwritten signature)

ANTES ORDEM DO DIA TRANSMISSÃO DAS SESSÕES

-Mais uma vez temos de instar o Sr. Presidente da AMA a avançar celeremente para a transmissão das sessões, conforme plasmado no Regimento desta nobre instituição, com os não menos nobres propósitos de aumentar a transparência dos actos públicos e aproximar os órgãos de decisão dos munícipes. A falta deste acesso é agravada pelo horário desapropriado que o Sr. Presidente insiste para a marcação das sessões, por coincidir com o horário laboral da maioria dos munícipes.

-Para tentar ajudar à decisão e efectivação, que tardam mais do que razoavelmente expectável, juntamos mais um documento, este com parecer da ANAM sobre o assunto, não vendo qualquer impedimento legal e recomendando a introdução de normas nos Regimentos que prevejam as referidas transmissões, em nome do mais elementar principio de transparência.

-Visto que aqui já temos as normas aprovadas, o que até tem sido considerado como progressista e historicamente relevante, resta a pergunta ao Sr. Presidente:

-Quer ficar na historia de Abrantes e desta Assembleia como o Presidente da A.M. que atrasou ou não concretizou esta oportunidade assinalável de progresso; ou como o Presidente que fez a diferença, tomando acções consentâneas com as suas palavras, pelo aumento da transparência e da proximidade da instituição aos munícipes?

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019
Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave

(Handwritten signature of Pedro Grave)

Joana Pascoal

(Handwritten signature of Joana Pascoal)



**PROPOSTA DE RETIRADA PONTO 2 OD
– TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS**

-A bancada do Bloco de Esquerda propõe a retirada do ponto 2 da Ordem do Dia desta sessão, pelo absurdo que representa uma votação sobre o que Sr. Presidente da AM já aprovou de forma unilateral, ao deixar terminar os prazos de pronuncia à DGAL sobre os diplomas sectoriais em apreço, sem ter para o efeito convocado sessão extraordinária em tempo útil. Sendo assim, é inconsequente qualquer votação sobre o que já está aprovado tacitamente.

-Recai unicamente sobre o Sr. Presidente a responsabilidade por este grave atropelo à soberania desta Assembleia, não sendo aceitável invocar desconhecimento sobre as matérias em causa, visto até já ter assumido compromisso de debate antecipado sobre as mesmas, em sessão anterior.

-O que em outros municípios se fez com a devida celeridade, aqui deixou-se passar os prazos, empurrou-se para a frente. O modo como tem sido conduzido este processo no município de Abrantes, junto com uma série de acontecimentos subsequentes, faz pensar que talvez não haja mesmo coincidências nem almoços grátis.


Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019

Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave

Joana Pascoal

(da 10)




A freguesia das Mouriscas, é uma freguesia de enorme dimensão e com uma enorme dispersão de habitações, sendo constituída por dezenas de casais. A CDU entende nesta situação a sua gestão é um enorme desafio. Contudo estes factos não podem ser desculpa para que a freguesia seja votada a um total abandono por parte do executivo camarário.

Prova disto é a degradação a que chegaram as estradas na freguesia. Muitas destas são um emaranhado de buracos com algum alcatrão à mistura, tornando a condução nestas vias um enorme desafio pondo em risco a segurança rodoviária dos condutores e dos peões.

Esta situação não é de agora contudo, quando há cerca de 7 anos, foi instalada a rede de esgotos, a situação piorou substancialmente. As estradas foram esventradas para a colocação das canalizações e ao invés de serem repavimentadas, optou o executivo PS por fazer remendos.

Assim a CDU questiona para quando a repavimentação das estradas das Mouriscas nomeadamente a Estrada Nacional 358 que liga Mouriscas a Cabeça das Mós (Sardoal) e a Estrada Dr. Manuel Esparteiro, duas das principais vias da Freguesia e que mais servem aos munícipes de Mouriscas.

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes




Assembleia Municipal de Abrantes – 22/02/2019



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal

Ex.mos Srs Deputados Municipais

Ex.mos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia

Público presente

Comunicação Social aqui presente

Boa tarde a todos e todas

Em primeiro lugar quero felicitar **Maria do Céu Albuquerque** pela sua nomeação como Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional.

Um cumprimento especial ao novo Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, **Manuel Jorge Valamatos** e à nova vereadora, **Paula Grijó**.

O Movimento Independente Freguesia Rio de Moinhos deseja-vos um excelente mandato.

O MIFRM e a freguesia de Rio de Moinhos está, e estará, sempre presente para ajudar a construir um futuro melhor para todos os abrantinos.


O concelho de Abrantes precisa de políticas de proximidade, igualdade e equidade entre todos os abrantinos, independentemente de viverem nas freguesias urbanas ou rurais.

Quero aproveitar esta oportunidade para sensibilizar o novo presidente que, apesar de pertencer ao mesmo partido e as políticas serem as mesmas, é uma pessoa diferente. Cada pessoa tem a sua experiência de vida, vivências e sensibilidades perante a resolução de problemas.

Dito isto, e depois de ler a sua primeira entrevista, na qual afirmou ser *“o momento de olhar para as nossas freguesias de forma mais próxima”* fiquei muito contente por ouvir essas palavras.

Não sei se sabe, mas foi exatamente isso que me levou para a política em 2001 – inexistência de uma política de proximidade e equidade com as freguesias rurais.

Reconheço o mérito e o esforço relativamente ao fato de, desde do ano de 2017, a Câmara Municipal ter desenvolvido, e muito bem, contratos administrativos extraordinários com todas as Juntas de Freguesias.



Hoje sinto que estamos no caminho certo, mas ainda temos muito por construir e acredito que juntos poderemos fazer mais e melhor.

A freguesia de Rio de Moinhos vai estar atenta a cada gesto, a cada palavra.

Finalizo citando uma frase de Caetano Veloso:

“De hoje em diante eu vou modificar o meu modo de vida... E para começar eu só vou gostar de quem gosta de mim!”

Obrigado

Rui André – Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos
Movimento Independente Freguesia Rio de Moinhos

CUMPRIMENTOS VÁRIOS



Antes do mais, em nome da bancada do PSD, e em nome pessoal, dirijo felicitações aos recentemente empossados Presidente da Câmara e Vereadora, esperando que venham a desempenhar os respectivos mandatos com brio, denodo e, acima de tudo, tendo em atenção os melhores interesses dos munícipes e do Município.

Ainda assim, estas felicitações não devem, nem podem ser interpretadas como uma manifestação de concordância com as circunstâncias que promoveram alterações na composição do executivo camarário.

Não deixando de também estender os nossos parabéns à novel Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, naturalmente, consideramos que não foi respeitado um compromisso para com o cidadão eleitor; um compromisso sobejamente repetido pela anterior Presidente da Câmara!

Isto leva-nos a questionar se as últimas decisões e tomadas de posição foram realizadas, tendo em atenção os melhores interesses dos munícipes e do Município ou se foram produzidas com esta perspectiva em mente.

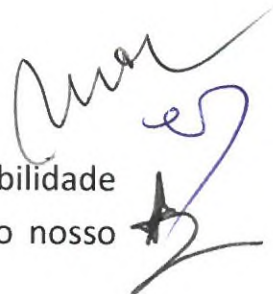
Relembramos a oposição que aparenta haver surgido entre vereadores do Partido Socialista e a ex-Presidente da Câmara, no que tange à criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento e águas residuais e recolha de resíduos urbanos, incluindo a constituição de uma empresa intermunicipal para o gerir.

Não obstante, há que aproveitar que a Presidência da Câmara está entregue a um novo edil, ainda que este faça parte de executivos camarários do Partido Socialista desde 2002, e perguntar-lhe o seguinte:

1.^a – Pergunta:

Senhor Presidente da Câmara, está na disponibilidade de iniciar um procedimento de revisão do PUA e deste expurgar a previsão de

demolição do edifício do antigo Mercado Diário? Está na disponibilidade de aqui, à frente de todos nós, prometer que não vai demolir o nosso querido mercado?



2.ª – Pergunta:

Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara, afirmou em fresca entrevista que:

“É o momento de olhar para as nossas freguesias de forma mais próxima.”

O PSD manifesta o seu agrado pelo Senhor Presidente de Câmara partilhar da opinião de que é necessário um olhar mais incisivo em relação às nossas freguesias, aliás, como este partido vem repetindo nesta e noutras sedes; como este partido expressou durante a campanha eleitoral e ao longo de anteriores mandatos.

Pergunto-lhe, no entanto, se esta sua afirmação é um assumir de culpas pela condição em que as freguesias se encontram, abandonadas e esquecidas pelo executivo camarário, e um reconhecimento de que o PSD, nesta matéria, sempre esteve do lado da razão?

3.ª – Pergunta:

Tendo em conta que as propostas de recomendação da Assembleia Municipal não são vinculativas – são importantes, mas apenas recomendações –, e uma vez que a Presidência da Câmara já não é exercida pela mesma pessoa, pergunto-lhe se vai cumprir com as recomendações que esta casa fez ao executivo camarário, na altura, liderado por Maria do Céu Albuquerque?

Já agora, visto que o Senhor Presidente da Câmara era vereador quando as recomendações foram aprovados, logo, não lhe falta conhecimento sobre o estado da condução dos nossos destinos municipais, pergunto-lhe:

Em que pé está a execução, se está, da recomendação sobre reflorir Abrantes?

E interpelo-o, de igual modo, acerca da execução da recomendação de atribuição do nome de Eurico Heitor Consciência a uma rua.



4.ª – Pergunta, extensível ao Senhor Presidente da União de Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio:

Podem explicar-nos que diferendo é esse que coloca Câmara e Junta em trincheiras adversariais, relativamente à gestão do Aquapolis Sul, ao ponto de justificar entrevistas nos jornais? Podemos entender que Câmara considera que o executivo da Junta de Freguesia não tem capacidade, nem qualidade para administrar aquele espaço?

5.ª – Pergunta:

É verdade, ou não é, que o investimento de 70 milhões de euros projectado para o concelho de Vila Nova da Barquinha, referente à criação de um bioparque, estava para ser concretizado em Abrantes? É, ou não, verdade que os empresários fizeram de tudo para que assim fosse, mas que se viram forçados a mudar para Vila Nova da Barquinha por falta de apoios e de interesse da Câmara Municipal de Abrantes?

6.ª – Pergunta:


Finalmente, por ora, venho inquirir sobre a concretização das obras na Rua Fonte das Duas Bicas, em Rio de Moinhos, para reparação de um aluimento. Na passada sessão ordinária da Assembleia Municipal, levantei esta questão, tendo sido dito que tudo se iniciaria no início do corrente ano. Entre Janeiro e Fevereiro. Sendo certo que Fevereiro ainda não terminou, mas se encontra bastante próximo do seu ocaso, para quando o começo das empreitadas?

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019,

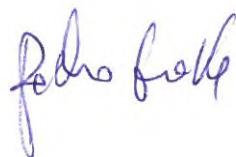
João Salvador Fernandes

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, cursive letters that appear to read 'J. S. Fernandes'.

Lúcia, Vera, Maria, Luzia, Fernanda, Marina, Helena, Laura (com apenas 2 anos!), Fernando, Ana...



10 nomes de vítimas de violência doméstica e de género, das 12 desde o início deste ano de 2019. A última, Ana, foi assassinada já no início desta semana, aqui bem próximo, em Golegã. Nomes para os números frios que mostram uma alarmante urgência nas acções de combate à violência doméstica e de género. É esta urgência que nos leva a trazer fora de prazo esta moção, deixando à vossa consideração a inclusão da mesma nos trabalhos. Achamos igualmente relevante lembrar que assinala-se hoje o Dia europeu da Vítima de crime.





MOÇÃO
PELO COMBATE CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Considerando que:

(i) O combate à violência de género é um dos maiores desafios das nossas sociedades;

(ii) A violência de género toma várias formas, sendo Portugal assolado por um número de crimes de violência doméstica e violação muito elevado e maioritariamente direccionado contra mulheres, que devem fazer ponderar as medidas implementadas até hoje e novas formas de combater este flagelo;

(iii) Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1000 crianças ficaram órfãs.

(iv) Em 2018, registaram-se, em Portugal, 29.734 participações do crime de Violência Doméstica;

(v) Por outro lado, a violência doméstica é o crime contra as pessoas que mais mata em Portugal. Este crime continua a assumir-se como uma das principais formas de criminalidade, sendo que, nos crimes contra as pessoas, é apenas superado em número de ocorrências, pelo crime de ofensa à integridade física simples, segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2017 (RASI 2017).

(vi) Apesar de, passados 18 anos, ser pacífico na sociedade portuguesa o mérito de se ter tornado a violência doméstica crime público, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização, apesar de todas as denúncias, o crime de violência doméstica continua a ter uma prevalência muito grande;

(vii) Só este ano, 2019, já foram assassinadas 10 mulheres e 1 criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. Nestes casos, existiam já processos, queixas, tentativas de pedir ajuda que não foram ouvidas por ninguém. O sistema que deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente.

(viii) Por outro lado, o crime de violação atinge, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, este crime é, indubitavelmente, uma forma de violência de género, e uma das mais invisíveis.

(ix) Em Portugal, de acordo com os dados do RASI 2017, as participações do crime de violação aumentaram, de 2016 para 2017, 21,8% e foram apresentadas 408 queixas às forças de segurança. Segundo a mesma fonte, a esmagadora maioria de agressores enquadra-se em relações de proximidade familiar ou de conhecimento, sendo por isso falsa a ideia de que o crime de violação é cometido por estranhos.



(x) Neste quadro, afigura-se a necessidade de um debate aprofundado e sério da sociedade portuguesa, que ouça com mais atenção as várias organizações que trabalham diariamente com estes casos de violência, bem como organizações internacionais, profissionais da justiça, entre outros.

(xi) O parlamento português tem tido, em especial no último ano, várias discussões e apresentação de várias iniciativas legislativas referentes a esta problemática específica da violência doméstica e violação, de onde destacamos:

a. Projecto de Lei 976/XIII (BE) – Altera o Código Penal, reforçando o combate à violência doméstica, sexual e sobre menores (46ª alteração ao Código Penal);

b. Projecto de Lei 977/XIII (BE) – Altera o Código de Processo Penal, alargando a possibilidade de aplicação de prisão preventiva e limitando a aplicação da figura da suspensão provisória de processo (31ª alteração ao Código de Processo Penal);

c. Projecto de Lei 978/XIII (BE) – Cria os Juízos de Violência Doméstica;

d. Projecto de Lei 1013/XIII (PAN) - Procede à alteração do artigo 41º da Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro, reforçando os trâmites de cooperação das entidades empregadoras com os trabalhadores vítimas de violência doméstica;

e. Projecto de Lei 1017/XIII (CDS) – Altera o Código Civil, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica ou maus tratos;

f. Projecto de Lei 1047/XIII (PAN) – Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de violação, adaptando a legislação à Convenção de Istambul ratificada por Portugal;

g. Projecto de Lei 1058/XIII (BE) – Procede à alteração dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal, em respeito pela Convenção de Istambul (47ª alteração ao Código Penal);

h. Projecto de Lei 1105/XIII (BE) – Possibilita a aplicação de imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios da prática do crime de perseguição (33ª alteração do Código de Processo Penal);

(xii) Parte das propostas estão em especialidade, outras foram já rejeitadas, mas, no geral, o que se tem depreendido do debate público sobre estas matérias é que existe pouca vontade política para fazer alterações à legislação. O argumento tem sido de que é preciso investir mais na formação dos e das profissionais.

(xiii) Concordando com a necessidade permanente de existir formação, os números indicam claramente que isso não chega. Tudo o que se fizer neste âmbito, seja de nível nacional ou local, será sempre pouco enquanto o número de femicídios for tão elevado.

(xiv) Lembramos que, desde 2007, o Bloco de Esquerda propõe a criação de equipas multidisciplinares especializadas nas várias fases do processo e nas várias entidades. Apenas agora o Governo está a dar início a este caminho: é positivo, mas já vem tarde.

(xv) A gravidade da situação não se coaduna com o rejeitar de possíveis alterações à legislação, ora porque haverá sempre juizes ou juizas que tomam más decisões, ora porque o que é preciso mudar são as mentalidades. Ignorar, por



exemplo, que o enquadramento legal atual potencia as penas suspensas para penas abaixo de 5 anos para este tipo de crimes é deixar as vítimas expostas a mais violência.

Assim, a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em 22 de Fevereiro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Saudar todas as manifestações e concentrações que, nas últimas e próximas semanas, ocorrerão por todo o país exigindo medidas efectivas de combate à violência de género;
2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efectiva;
3. Instar aos respectivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas:
 - a. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores;
 - b. Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público;
 - c. Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes;
 - d. Garantir a articulação entre o processo crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor;
 - e. Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição (“stalking”), pois é um passo para garantir a protecção da vítima durante a fase de inquérito.
4. Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juízes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde.
5. Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas.
6. Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019



(doc. 14)

Ponto 1.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 22 FEVEREIRO DE 2019
PONTO DE SITUAÇÃO DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

OBJETIVO ESTRATÉGICO: VALORIZAR AS PESSOAS/MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA

Projeto Educativo Municipal

As ações estão a decorrer conforme o previsto no Plano de Ação. O Observatório PEM tem reunido, de acordo com o previsto no Eixo 6 – Linha de Investigação sobre o desenvolvimento do PEM, sendo que está em fase de conclusão de uma apresentação que irá ser presente à próxima reunião do Conselho Municipal de Educação

Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – PEDIME - CIMT

- Equipa de apoio ao aluno e à comunidade e Projeto de Educação Parental:
 - A decorrer procedimento concursal para contratação da equipa técnica afeta aos dois projetos – Animador Cultural, Educador Social e Psicólogo
 - Os Mediadores Municipais já se encontram a trabalhar junto das escolas, no apoio aos alunos do concelho e consequentemente junto da comunidade escolar de etnia cigana, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso e global das crianças e jovens, através de uma estreita articulação entre a escola, família e comunidade escolar geral
- Projeto Mocho XXI – 2ª geração
 - Entregues nas escolas os equipamentos necessários ao funcionamento do projeto, nas seguintes escolas – EB M.ª Lucília Moita, EB Abrantes n.º 1, EB Chainça, EB/JI António Torrado, EB Tramagal
 - Ação de Formação Projeto Mocho XXI – 2.ª Geração/Kits “Laboratórios de Aprendizagens”, para os professores do 1.º ciclo do Concelho

- Procedimentos para aquisição de serviços à Tagusvalley, para dinamização do projeto junto das seguintes escolas – EB M.^a Lucília Moita, EB Abrantes n.º 1, EB Chainça, EB/JI António Torrado, EB Tramagal
- Projeto de Ciências Experimentais
 - Receção dos materiais de ciências nas seguintes escolas: Carvalhal, S. Miguel Rio Torto, Pego, Mouriscas, Alvega, Rossio ao Sul do Tejo, Bemposta, António Torrado, Tramagal, Rio de Moinhos, Chainça, N.º 1 e n.º 2 e J.I. de Abrantes
- Projeto Jogos Tradicionais
 - Receção de dois KITS, de Jogos Tradicionais para posterior entrega nos Agrupamentos do concelho

Projeto Amigos do Ziki

Continuação da dinamização do Projeto Amigos do Ziki para as crianças pré-escolar (5/6 anos), de acordo com as orientações do Programa Nacional de Saúde Escolar, e das Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar, contribuindo para a redução do insucesso escolar e para uma melhor saúde emocional e mental da população, sendo um programa recomendado pela Organização Mundial da Saúde

Programa de Acesso Universal às Competências Digitais - <T-CODE>

Com o objetivo de criar um ecossistema mais empreendedor e igualitário, a médio/longo prazo, a TAGUSVALLEY lançou, em 2016, o projeto <T-CODE>, um conteúdo letivo e clube de programação ligado às novas tecnologias de informação, que visa estimular e incutir nos jovens, de ambos os géneros, a importância de estarem mais conscientes e despertos para os desafios futuros da digitalização, utilizando um espaço de aprendizagem contínua e de estímulo da literacia digital, criatividade e trabalho de equipa

A criação de um programa voltado para o estímulo da programação, inserido quer na comunidade, quer nas escolas da região, é uma ambição da TAGUSVALLEY, com o objetivo de encorajar a criatividade e a diversão num ambiente relaxado e em conjunto com outros. Neste sentido, este projeto irá ser desenvolvido como projeto piloto em Abrantes, envolvendo as turmas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho

Para a sua execução, foram já elaborados os procedimentos necessários à sua implementação e realizadas reuniões com os Diretores de Agrupamentos, para posterior apresentação e aprovação nos Conselhos Gerais e Pedagógicos de cada um dos Agrupamentos de Escolas

No decurso da semana de 11 a 15 de fevereiro decorreram reuniões com os professores nas escolas onde se iniciará um projeto piloto para identificar procedimentos de configuração, articulação de conteúdos programáticos a serem desenvolvidos em articulação de contexto pedagógico e estabelecer o calendário para o seu arranque

Projeto “SER!..Feliz”

O projeto “Ser!..Feliz”, que visa operacionalizar algumas das linhas de atuação e eixos previstos no Projeto Educativo Municipal, permite enquadrar novas formas de pensar, trabalhar, aprender, sentir, ir para além de conceitos e definições de comportamento pessoal e social, de regras de cidadania. O Yoga, a Meditação e a Respiração Consciente (Coaching Interno), serão os meios utilizados para promover o bem-estar físico e emocional e desenvolver em cada criança e jovem, uma comunicação interna equilibrada e harmoniosa, partilhando dessa forma a comunicação com o mundo exterior. Este projeto, decorre no presente ano letivo de 2018/2019, durante o 2.º período nas escolas EB Chainça, EB Tramagal, EB M.ª Lucília Moita, com o envolvimento das turmas do pré-escolar e 1º ciclo

Conselho Municipal de Educação

Uma vez que este órgão funciona por períodos correspondentes ao mandato autárquico, após o início dos procedimentos relativos ao seu funcionamento para este mandato, decorreram nos meses de janeiro e fevereiro as reuniões com todas as entidades que têm assento no Conselho Municipal de Educação para a eleição dos seus representantes

Revisão da Carta Educativa

Agendado Conselho Municipal de Educação para apresentação e discussão dos dados recolhidos pelo Grupo de Trabalho de revisão da Carta Educativa

Requalificação do Colégio de Fátima em Centro Escolar de Abrantes

Obra em curso desde 15 de agosto de 2018 com conclusão prevista para 3 de agosto de 2020 (prazo de execução da obra - 720 dias)

Manutenção de estabelecimentos de ensino

Correção de anomalias, propostas de melhoria contínua, modernização e automação

Articulação entre os serviços camarários e as Juntas de Freguesia, relativamente à manutenção das Escolas/JI, com enquadramento no protocolo existente

Envolvimento dos diferentes serviços do município (serviço de obras, serviço de informática, serviço de património, espaços verdes e ambiente) na correção de anomalias e manutenção das escolas

Apoio em atividades que reforcem o envolvimento da comunidade educativa (atividades extracurriculares, apoio à família e tempo livre)

Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC’S

Assinatura dos Acordos de Colaboração das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico para o ano letivo 2018/2019, com as associações locais (Cres.Ser e Orfeão de Abrantes), e associações de pais e encarregados de educação (EB Pego, EB Mouriscas, EB Rossio ao Sul do Tejo, EB Chainça, EB /JI António Torrado, EB M.ª Lucília Moita e EB Rio de Moinhos)

Envio em duplicado do contrato – programa assinado para a DGEstE, referente as AEC’S, ano letivo 2018/2019

Monitorização das atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas de 1º ciclo do Concelho

Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar - AAF’S

Preenchimento da aplicação da DGEstE, relativo às atividades de animação e apoio à família no pré-escolar

Monitorização das atividades dos Acordos de Colaboração para o desenvolvimento de Atividades de Animação e Apoio à Família no pré-escolar do concelho

Componente de Apoio à Família - CAF

Monitorização das Atividades desenvolvidas

Informação para renovação automática dos Acordos de Colaboração existentes entre o Município, Agrupamentos de Escolas e Associações de Pais

Elaborados procedimentos para estabelecimento de Acordo de Componente de Apoio À Família - CAF, para a E.B. de S. Miguel do Rio Torto

Refeições Escolares

Acompanhamento e monitorização das refeições escolares nas escolas do 1.º ciclo e pré-escolar

Procedimentos inerentes à aquisição de serviços de uma nutricionista, para acompanhamento e monitorização dos refeitórios escolares (Eixos do PEM - Eixo 5 - Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas)

Início do procedimento para Concurso Público para "Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas de 1º ciclo e Jardins de Infância do concelho de Abrantes"

Plataforma de Gestão Escolar – Refeições Escolares

Gestão das refeições escolares, na Plataforma de Gestão Escolar, em todas as escolas de 1º Ciclo e JI do concelho

Transportes Escolares

Monitorização dos transportes escolares

Elaboração de 2ªs vias de passes escolares por extravio, danificados, avaria ou por alteração de dados de alguns alunos do Concelho de Abrantes (Rodoviária do Tejo)

Articulação com o Serviço de Transportes do Município, referente a pedidos de visitas de estudo e outras atividades escolares

Organização dos acordos interadministrativos com as Juntas de Freguesia (Alvega e Concavada, Bemposta, Carvalhal, Rio de Moinhos, Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede. Monitorização dos transportes escolares

Efetuada procedimentos para a elaboração do Plano de Transportes

Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral – Ano letivo 2018/19

Articulação com as Juntas de Freguesia, ACES Médio Tejo e Agrupamentos de Escolas do concelho para o transporte das crianças para o Centro de Saúde de Alferrarede (Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral - Ano letivo 2018/19)

Coordenar os transportes para as consultas de Saúde Oral

Auxílios Económicos

Atribuição de escalão para efeitos de refeições escolares a alunos abrangidos pelo Despacho 11886-A/2012

Pessoal não docente

Realização dos procedimentos necessários a assegurar o bom funcionamento nas escolas e jardins de infância do concelho

Tecnologias da Comunicação e Informação

Articulação com os serviços de informática, no apoio às escolas, nomeadamente no que respeita aos problemas enviados pelas coordenadoras das escolas, via Agrupamentos

Bolsas de estudo para alunos do ensino superior – residentes no concelho

Colaboração na atividade desenvolvida pelo Rotary Clube de Abrantes – entrega das bolsas de estudo aos alunos do concelho – 22 de dezembro

Bolsas de estudo para alunos do ensino superior – alunos de Ribeira Brava – Cabo Verde

Acompanhamento do percurso dos alunos bolseiros de Cabo Verde que se encontram a estudar em Abrantes no ano 2018/2019 - ESTA e EPDRA

Conselhos Gerais (Escolas e Agrupamentos)

Participação nos Conselhos Gerais: Agrupamento de Escolas n.º 1 e n.º 2 de Abrantes e EPDRA

Reforço da rede municipal de conhecimento, suportada nas bibliotecas escolares, públicas, itinerante e arquivo municipal

Biblioteca Municipal:

- Exposição: *Mário de Sá Carneiro: Antologia poética*, exposição de ilustração de Tiago Manuel, da Faktoria K de Livros, chancela da Kalandraka
- Encontro infantojuvenil com a escritora Maria Carolina Pereira Rosa
- Entre nós e as palavras com o escritor José Riço Direitinho
- Workshop: Trabalho de parto: todas as dúvidas
- Evento: Festival de Filosofia, *A inteligência artificial, e o trabalho humano*
- Ação de Formação: passar perigo juntos: Filosofia e Educação, uma aventura dialógica, por Lara Sayão
- Evento: Jornadas Biblioteconómicas de Abrantes (IV edição)
- Evento: 2.º Aniversário do RAME (Regimento de Apoio Militar de Emergência) encontro sobre a prevenção militar em Abrantes

- Evento: Biblioteca Municipal António Botto: 25 anos de memórias
- Entre Nós e as Palavras com a escritora Isabela Figueiredo, apresentação do livro *A gorda*, da editora Caminho (esta atividade foi cancelada por motivos pessoais da escritora)
- Abrantes a. Ler: Leitura, Identidade e Cidadania: ler para ser: cidadania, valores e papéis sociais
- Ler para viver melhor: saúde, alimentação, sexualidade e bem-estar; Ler para conhecer: património e identidade
- A biblioteca ao sábado;
- A Bebeteca ao sábado: Ler Antes de Ser
- Livros que sonham: *ler dormir e sonhar com as estrelas*

Aquivo Municipal Eduardo Campos:

Mostras documentais: “Hotel Turismo de Abrantes – 65 anos de hospitalidade”

15 de janeiro a 31 de março de 2019

Pretende-se com esta mostra documental, realçar o edifício emblemático e ícone da cidade, projetado pelo arquiteto Vasco Lacerda Marques. A sua inauguração ocorreu a 9 de outubro de 1954. Após várias intervenções de recuperação e ampliação, o edifício “renasceu” em 2017, ampliando a capacidade e a qualidade hoteleira da cidade

Atividades Educativas

A participação nestas atividades carece de inscrição prévia, tal como consta na Agenda Educativa para 2019

- **De Tubucci a Abrantes, uma história a descobrir**
Dar a conhecer a história de Abrantes, através do livro de banda desenhada “História de Abrantes aos quadrinhos”
- **Como se guarda a nossa memória?**
Através de mostra documental, contribuir-se-á para que os alunos/as e professores/as entendam melhor a importância de preservação dos documentos antigos para a salvaguarda da nossa memória coletiva
- **Conhecer..... Descobrir.....Criar, uma Carta de Foral**
A partir do Foral de Abrantes, à guarda do Arquivo Municipal Eduardo Campos, pretendemos dar a conhecer e sensibilizar o público mais jovem para a importância histórica deste documento

Serviço de Juventude:

- 24.novembro – Reunião ordinária do CMJA (Apresentação do projeto “Tandem for Peace”)
- 01. a 21. dezembro– Iniciativa “Correio de Natal”
- 15.dezembro – Iniciativa Aprender com os nossos – Workshop “Aromas de Natal”
- 17. a 21. dezembro – Campo de Férias Jovens – Natal é Festa 2018
- 29.dezembro – Iniciativa Aprender com os nossos – Workshop prático de “Maquilhagem”

Criação de condições para a instalação da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes no Tecnopolo

A revisão do projeto foi finalmente entregue com o respetivo mapa de medições e orçamento, estando atualmente o processo em fase de apreciação pela DGES. Iniciaram-se igualmente os procedimentos para estruturar o seu financiamento ao abrigo do IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas. Na sequência da reunião na DGES ficou o IPT com a responsabilidade de conduzir o processo e formalizar o pedido perante a DGES – Direção Geral de Ensino Superior, do qual se aguardam agora desenvolvimentos

Apoio na requalificação do Pólo do Centro de Formação Regional do IEFP no Tecnopolo

Realizaram-se reuniões para consolidação e definição das novas áreas formativas a integrar no pólo. No passado dia 6 de setembro o IEFP informou quais as áreas formativas a serem dinamizadas no Pólo de Alferrarede, seguindo-se reunião no dia 20 de setembro com o responsável local do IEFP no Médio Tejo para clarificar os pressupostos. Atualmente o projeto está a ser revisto pela equipa de projeto para efetuar o ajustamento nos respetivos projetos e implantar os postos formativos definidos pelo IEFP no projeto já decorrente da reunião realizada no passado dia 05.12.2018 com o Centro de Formação Profissional para analisar os layout's formativos a serem incluídos no projeto

Parque Escolar

Acompanhamento, avaliação e monitorização das necessidades do parque escolar do concelho de Abrantes (pré-escolar e 1.º ciclo)

OBJETIVO ESTRATÉGICO: VALORIZAR AS PESSOAS/MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA

Construção da Extensão de Saúde do Rossio ao Sul do Tejo

Obra concluída

Entrou em funcionamento no dia 1 de fevereiro

Reabilitação do 1º piso da antiga Casa de Saúde para instalação da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)

Obra concluída

Entrou em funcionamento no dia 4 de fevereiro

Implementação do Programa de incentivos à Fixação de Médicos de Família

Em curso a atribuição de incentivos a quatro médicos que integraram a equipa da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes

Reforço da programação cultural e desportiva

Programação:

08 e 09.dezembro Mercado de Natal

08 e 09.dezembro - Animação de Natal com AMA na rua com o Natal e o Pai Natal e os efeitos animados

15.dezembro - Branca de Neve

15. 16. 22 e 23.dezembro - Casa do Pai Natal

16.dezembro Art'andante Carrilhão LVSITAVS

22 e 23.dezembro - Animação de Natal "AMA na rua com o Natal"

06.janeiro Bravo Abrantes – Concerto de ANO NOVO 2019 FILIPA PASSOS acompanhada ao piano por Francisco Sasseti

12.janeiro - Art'Andante AMA – Academia Músicos de Abrantes

19.janeiro - Para que servem as mãos (espetáculo infantil)

26.janeiro - Residentes FADO TRAÇADO com Ana Lúcia

12.fevereiro - A MENINA DANÇA? BAILE COM CARLOS CATARINO

QUARTEL

01.dezembro a 02.março – Exposição DO MEU LUGAR, O QUE EU VEJO de Inês Norton. Curadoria: Hugo Dinis

Dia 06 de fevereiro – Oficina de cerâmica dirigida a estagiários (IEFP) do Curso de Turismo/

Animação



CASTELO

Exposição X Antevisão do MIAA – A Representação da Figura Humana

Número de visitantes (dezembro e janeiro) - 1041

MUSEU METALÚRGICA DUARTE FERREIRA

10 de fevereiro – “O Voo da Borboleta” evento comemorativo do aniversário de Eduardo Duarte Ferreira – visita de delegação da APOM e assinatura do protocolo com FCSH – Nova - Lisboa

Visitas Orientadas:

DATA	Grupo	Nº PART.
13 de dezembro	Mitsubishi	23
30 de dezembro	Grupo de Lisboa que veio passar Réveillon no nosso concelho	30
18 de janeiro	1º e 2º anos Escola António Torrado	51
22 de janeiro	2º ano Escola EB1 Chainça	48
Total		152

Nº VISITANTES ATÉ AO MOMENTO: **7419** (3697 em visitas orientadas)

PARQUETEJO

Exposições:

- 9.novembro a 31.janeiro 2019 - "A DESCOBERTA DE UMA NOVA ESPÉCIE PARA A CIÊNCIA", cedida pelo Museu Nacional de História Natural e da Ciência

- “O Parque em Macro” – de 19 de setembro até 28 de fevereiro 2019

Ações e eventos dinamizados:

- 14/12/2018 – Sessão de Educação para a Saúde, "Prevenir/Viver com Hipertensão Arterial" com a enfermeira Maria de Lourdes do Centro de Saúde de Rossio ao Sul do Tejo - 20 pessoas

- 18/12/2018 - Participação nas férias jovens com atividades de Natal (bolo rei, presentes de Natal) – 60 pessoas

- 21/12/2018 – Participação nas férias jovens (karaoke /Surpresa ao Ar Livre) – 60 pessoas



Atividades Lúdico Pedagógicas e visitas orientadas:

DATA	Atividade	Grupo	Nº PART.
30 de novembro 2018 a 31 de janeiro 2019	Visitas orientadas à exposição "A DESCOBERTA DE UMA NOVA ESPÉCIE PARA A CIÊNCIA",	-----	100
8 janeiro 2019	Oficinas educativas no âmbito da Exposição de Serralves.	Turmas do 3º ano Escola Lucília Moita	50
8 janeiro 2019	Oficinas educativas no âmbito da Exposição de Serralves	Turmas da pré-primária da Escola Lucília Moita	37
9 janeiro 2019	Oficinas educativas no âmbito da Exposição de Serralves	Turma da 1ª e 2ª ano Escola Lucília Moita	50
9 janeiro 2019	Oficinas educativas no âmbito da Exposição de Serralves	Turma do 4º ano da Escola Lucília Moita	43
Total			180

Nº total de visitantes e utilizadores: 384

TURISMO

7 e 8 dezembro - Mercadinho de Natal apoio à logística, transportes, preparação do evento e à organização (Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior)

7 e 8 dezembro - apoio à logística, transportes e à organização da ação de Solidariedade – BNI Estratégia



Visitas guiadas:

DATA	Grupo	Local a visitar	Nº PART.
09/12	Grupo sénior Leiria/Fátima	Centro histórico, castelo, misericórdia	37 pax
09/12	Grupo Cabeceiras de Basto	Visita centro histórico	48 pax
09/12	Grupo Lisboa	Centro Histórico	60 Pax
16/12	Grupo de Espanhóis	Castelo/ Museu	16 Pax
21/01	Soc Histórica da Independência de Portugal	Centro histórico, castelo, misericórdia, quinta de coalhos	37 pax
06/02	Magistério primário	Castelo/ Museu	40 pax
10/02	Fernando Massano - Loures	Centro histórico, castelo, misericórdia	40 pax

Academia do Mercado

01.dezembro - “Produtos de Cá” Doçaria de Natal sem glúten, sem lactose e açúcar com Ana Custódio

08.dezembro - “Sabores do Mercado” A Dieta Paleolítica e estilo de vida saudável, sugestões antiaging com Ana Matias do blog MyPaleo life

15.dezembro - “Sabores C/ Conto e Medida” Coscorões e café à moda antiga com Mª Luis Madeira

22.dezembro - “Sabores do Mercado” Fábrica de doces da Casa do Pai Natal

12.janeiro - “Sabores com conto e medida” Papinhas da Xica com o produtor local Delícias da Quintinha

26.janeiro - “Sabores com conto e medida” Veganchee com o produtor local Azeites Zé Bairrão

9.fevereiro - “Sabores com conto e medida” A pitada do Pai com o produtor de azeite local Casa Anadia

DESPORTO

26.janeiro – Torneio Ténis de Mesa

2.fevereiro - Jogos Tradicionais Abrantes 2019 – Carvalhal

16.fevereiro - Jogos Tradicionais Abrantes 2019 - Vale de Zebrinho

Gestão de Espaços Verdes

Manutenção geral de espaços verdes municipais (corte de relvas, eliminação de infestantes em canteiros, manutenção de árvores; abate de árvores em mau estado fitossanitário; produção de plantas no viveiro municipal)

Manutenção de campos desportivos relvados da Cidade Desportiva; ressementeira de relva do campo de basebol; arejamento/descompactação de solo e ressementeira de relva do campo de futebol

Acompanhamento do projeto de instalação de rega inteligente em espaços verdes municipais

Acompanhamento de trabalhos de manutenção de espaços verdes municipais, por parte de prestadores de serviços

Acompanhamento técnico do projeto das hortas comunitárias

Substituição de plantas de estação em floreiras e canteiros do Centro Histórico

Substituição de árvores em mau estado fitossanitário em vários espaços públicos: Largo do Cruzeiro (Pego); Avenida Farinha Pereira; Urbanização de St. Luzia; Aquapolis Sul; Cidade Desportiva

Início dos trabalhos de ajardinamento da área envolvente ao Centro Coordenador de Transportes e Talude na Rua da Barca

Manutenção de árvores de médio porte, em espaços públicos de várias Freguesias – Aldeia do Mato; Carreira do Mato; Carregal; Maxial de Além

Serviço de Ambiente

Realização dos procedimentos necessários à alienação de pinhas de pinheiro-manso municipais

Acompanhamento dos processos de alienação de material lenhoso

Realização dos procedimentos necessários à aquisição de serviços de controlo de pragas em edifícios municipais

Ações de manutenção em parques infantis e parques urbanos do concelho

Acompanhamento do programa de monitorização da qualidade da água do rio Tejo

Acompanhamento do projeto Eco-Escolas

Realização de candidaturas ao programa Bandeira Azul para a Praia Fluvial de Aldeia do Mato e Praia Fluvial de Fontes

Gestão de transportes públicos

Análise e informação de 4 processos de licenciamento de táxis

Realização de procedimentos de renovação de autorizações de exploração de serviço público de transporte regular de passageiros - Transportes Urbanos de Abrantes. Articulação com entidades externas: Rodoviária do Tejo; CIMT e POSEUR

Limpeza Urbana e de Edifícios Municipais

Acompanhamento da prestação de serviços de limpeza de diversos edifícios municipais – gestão de reclamações

Realização de procedimentos de aquisição de serviços de limpeza para a Loja de Cidadão

Realização de procedimentos de aquisição de serviços de limpeza para os edifícios municipais para o triénio 2019-2021

Apoio a diversos eventos:

Limpeza do espaço “Loja do Pai Natal”

Limpeza do espaço “Unidade de Cuidados na Comunidade”

Limpeza do espaço “Museu Duarte Ferreira”

Limpeza do espaço “Loja de Cidadão”

Limpeza dos WC portáteis de apoio à Feira de S. Matias

Limpeza de edifícios municipais (Galeria Municipal; Instalações Sanitárias da Esplanada 1.º de Maio, Rua 17 de Agosto; São Lourenço; Centro Coordenador de Transportes; Edifício da Câmara Municipal; Castelo; Espaço Jovem; Polidesportivo Dr. Rogério Ribeiro; Arquivo Municipal; Proteção de Menores; Mercado Semanal; Pavilhão “Quimigal”; Igreja de Stª Maria do Castelo; Residência Artística)

Gestão de Cemitérios

21 inumações no cemitério de Santa Catarina

3 inumações no cemitério de Abrantes (Cabacinho)

3 inumações no cemitério de Rossio ao Sul do Tejo

11 inumações no cemitério de Alferrarede

Sanidade Veterinária e Saúde Pública

Captura de animais:

- Abrantes – 16 cães
- Constância – 3 cães
- Sardão – 3 cães

Recolha de cadáveres:

- 9 cães e 3 gatos

Esterilização de animais:

- 3 cães castrados
- 11 gatos castrados
- 30 gatas esterilizadas

Vistorias Sanitárias:

- 1 Vistoria

Inspeção sanitária ao matadouro da empresa Margaridos – todas as semanas – 2^{as} e 4^{as}

Gestão de Tráfego e Estacionamento

Análise e informação de 8 processos referentes a reformulação, ordenamento e regularização do trânsito e/ou estacionamento no concelho

Análise e apresentação de soluções para 45 ocupações de espaço e/ou via pública para a execução de eventos, obras e atividades diversas

Análise e apresentação de soluções para 7 interrupções e condicionamentos ao trânsito para a realização de eventos, obras e atividades diversas

Análise e informação de 2 pedidos para licenciamento de provas desportivas

Análise e informação de 2 pedidos de parecer para passagem de eventos desportivos na área geográfica do concelho

Análise e informação de 4 processos para instalação de espelhos parabólicos convexos

Análise e informação de 7 processos relativos a solicitação de lugares de estacionamento autorizado

Análise e informação de 1 processo relativo a remarcação de lugares de estacionamento

Análise e informação de 2 processos referentes a reserva de estacionamentos para a realização de eventos

Manutenção de nove parcometros existentes na cidade, com respetiva recolha e contabilização semanal de receita e substituição de consumíveis

Análise e informação de 3 processos referentes a solicitação de assistência técnica a parcometros

Análise e informação de 1 processo referente a tentativa de arrombamento de um parquímetro

Análise e informação de 1 processo referente a sinalização danificada/furtada

Análise e informação de 1 processo referente a semáforo danificado

Análise e informação de 4 processos de carácter diverso, não enquadrável

Parque Infantil do Aquapolis Margem Norte - Remodelação do parque (pavimentos e equipamentos)

Processo em desenvolvimento

Parque Infantil do Parque Urbano de São Lourenço - Manutenção e reparação dos equipamentos existentes e colocação de baloiços. Manutenção de pavimentos

Processo em desenvolvimento

Parque Infantil da Escola EB1/JI António Torrado - Substituição de pavimento e substituição de equipamento em mau estado

Procedimento a decorrer

Parques Infantis das Escolas Básicas do Pego, Rossio ao Tejo, Maria Lucília Moita e Rio de Moinhos – manutenção de equipamentos

Procedimento a decorrer

Parque Infantil do Aquapolis – Parque Ribeirinho de Abrantes - Margem Norte (Parque Instalado pelo Modelo), Parque Infantil do Aquapolis – Parque Ribeirinho de Abrantes - Margem Norte, Parque Infantil do Loteamento Municipal de Tramagal, Parque Infantil do Largo general Godinho – Rossio ao Sul do Tejo – aquisição de painéis informativos

Procedimento a decorrer

Parque Infantil da Escola Básica de Rossio ao Sul do Tejo – aquisição de equipamentos

Processo em desenvolvimento

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INCLUIR TOD@S/REFORÇAR A COESÃO SOCIAL

Revisão do Plano de Desenvolvimento Social

Em vigor

Reforço do programa de respostas sociais

Acompanhamento de 65 processos, dos quais 17 novos e 48 para renovação (contatos telefónicos, atendimentos, receção da documentação para instrução/renovação do apoio) no âmbito do Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

Avaliação de candidaturas à atribuição de habitações em Regime de Arrendamento Apoiado, nos termos do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município destinado à ocupação em regime de arrendamento apoiado

Início da elaboração do Protocolo “Carrinha do Cidadão” com a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, no âmbito do Orçamento Participativo do Município de Abrantes

Início “experimental” do projeto “Sair de Casa”

Expansão do Parque Municipal de Habitação Social

Edifício em Rio de Moinhos (confinante com o Centro Escolar de Rio de Moinhos) - Aquisição de serviços para a elaboração do projeto - Procedimento a decorrer

Manutenção de habitações municipais

Aquisição de 2 habitações para realojamento de famílias carenciadas

Monitorização das habitações em regime de arrendamento apoiado

Visitas domiciliárias aos 27 agregados familiares, arrendatários/as municipais, no sentido de averiguar as suas condições sócio-habitacionais

A decorrer procedimentos para resolução de contrato referente a três arrendatários/as municipais

A decorrer procedimentos para realização de obras em duas habitações municipais que se encontram desocupadas

Alargamento da rede de Teleassistência

Monitorização do funcionamento do serviço e acompanhamento das famílias que usufruem dos 13 aparelhos

Realização de diligências com as Juntas de Freguesia, para avaliação de situações com necessidades neste âmbito

Realização de visitas domiciliárias aos/às idosos/as identificados/as para seriação de critérios de avaliação

Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes

Atendimento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica

Aprovação e desenvolvimento do Plano de Ação

Participação como mentores no Projeto “Maria”, da CIMT

Realização da Caminhada para a Eliminação da Violência, no âmbito da celebração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres – 24 novembro

Reunião temática no Salão Nobre com a Senhora Procuradora Filomena Saúde e a Juíza Hélia Agostinho



Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género de Não Discriminação

Planeamento de ações de sensibilização e prevenção, com os Agrupamentos de Escolas e as forças de segurança, sobre Bullying, Violência no namoro e Igualdade de Género

Realização de 10 ações de sensibilização para os/as alunos/as do 1º ciclo sobre a Igualdade de Género

Participação nas férias jovens com a atividade “Roda dos Elogios”

Participação no Pacto da Conciliação

Banco Local de Voluntariado

Atendimento/Inscrições de novos/as voluntários/as e respetivos encaminhamentos para outras entidades

Desenvolvimento do Plano de Ação

Banco do Tempo

Participação de técnicos no Encontro Nacional do Banco de Tempo, em Lisboa

Entrega do Plano de Ação de 2019/2020 para aprovação superior

10.ª Edição do Prémio “Autarquia + Familiarmente Responsável”

Pelo sétimo ano consecutivo, a Câmara Municipal de Abrantes viu renovada a “distinção” de Autarquia + Familiarmente Responsável

Bairro ConVida

Entregue pelos parceiros os relatórios de contas referente ao 2º semestre de 2018

Solicitado o pagamento aos parceiros referente ao 2º semestre de 2018

Entrega dos relatórios de avaliação e elaboração do relatório anual 2018

Agendada reunião de parceiros referente ao 1º trimestre para preparação da atividade “Mercado da Primavera”

Consolidação do Programa FINABRANTES

Assinatura dos contratos-programa (Medida 2- Desporto)

Receção e em fase de avaliação de candidaturas para o ano de 2019 das Medidas 1,3,4 e 5

Plano Local de Saúde de Abrantes

Realização de reuniões de trabalho entre a equipa da CMA e o ACES do Médio Tejo

Abertura da USF do Rossio ao Sul do Tejo

Apresentada a 5 de fevereiro a reorganização dos cuidados de saúde primários no concelho de Abrantes em articulação com o ACES do Médio Tejo

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FOMENTAR O INVESTIMENTO/GERAR MAIS OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

Expansão e Qualificação do Tecnopolo do Vale do Tejo

Decorrente do Aviso de Concurso do CENTRO 2020 para as Infraestruturas Tecnológicas mapeadas pela ANI – Agência Nacional de Inovação, está a TAGUSVALLEY a ultimar a sua candidatura para a tipologia de Parques de Ciência e Tecnologia e para a tipologia CVTT – Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia, que decorre o prazo até 15 de março de 2019

Para tal, no âmbito do Parque Tecnológico do Vale do Tejo irá submeter a candidatura a construção dos edifícios “Aceleradores de empresas”, o edifício IT.POINT – centro para o acolhimento de empresas de tecnologia de informação e pequenas adaptações técnicas para instalação de empresas tecnológicas com maior intensidade de recursos humanos. No âmbito dos centros de transferência de tecnologia, procurará aumentar e consolidar as capacidades tecnológicas para responder aos desafios das empresas nas áreas do alimentar, da economia circular, da mecânica e automação e, procurar estimular o surgimento de uma nova área, no sector da produção de conteúdos multimédia. Com estes investimentos procurar-se-á criar as condições para, por um lado, consolidar a oferta de serviços às empresas da região e do país, e, por outro, valorizar as competências do Instituto Politécnico de Tomar e em particular das áreas de ciência da ESTA - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Atualmente estão instaladas no edifício INOVPOINT um total de 37 empresas, que representam 69 postos de trabalho no total e com uma presença física de 45 dos seus recursos humanos

Atualmente no parque encontram-se diariamente 71 postos de trabalho nas empresas e instituições instaladas

Uma vez aprovados o projeto AGRIO ET EMULSIO e o projeto GEDITEC no âmbito do PORTUGAL 2020, em parcerias lideradas pelo Instituto Politécnico de Santarém e de Tomar, respetivamente, estando a decorrer as atividades previstas tendo decorrido na ESHTe a primeira atividade de degustação e divulgação dos primeiros resultados do projeto

No âmbito do INOV C – rede de inovação da Universidade de Coimbra o TAGUSVALLEY está já decorrer a 10.ª edição do concurso ARRISCA C que integra o projeto. Procedeu-se a diversas iniciativas para a sua divulgação com uma sessão no dia 18 de setembro e a realização de comunicação para a sua divulgação. Da lista dos projetos concorrentes admitidos registam-se dois concorrentes apoiados pelo TAGUSVALLEY, dos quais um passou para a segunda e fase final de apreciação no dia 13 de fevereiro de 2019. No âmbito do concurso para os projetos que se instalem no Parque Tecnológico foi renovada a aprovação da atribuição de prémios referentes a um ano de serviços de incubação e o acesso ao sistema de incentivos à criação de emprego qualificado no Parque Tecnológico. Têm igualmente sido dinamizados workshops temáticos no TAGUSVALLEY. Foi ançado o processo INNOVATION SEED e realizadas visitas a empresas com o objetivo de transferir conhecimento através de projetos de investigação aplicada, e realizou-se um workshop dedicado ao tema do tratamento para aproveitamento de produtos por via de processos de desidratação no espaço do INOVLINEA

No âmbito do programa “Fostering Innovation to Tourism” do TURISMO DE PORTUGAL já se concretizou o programa de aceleração do TOURISM EXPLORERS com a conclusão de quatro das cinco equipas iniciais, tendo o projeto IMMERSIVE PYX de realidade aumentada defendido em Aveiro no concurso nacional as cores de Abrantes (não se conhece a avaliação por parte do júri de todos os projetos, mas estima-se que tenha ficado muito bem classificado). No âmbito do programa NEWTON estão duas equipas acompanhadas pelo TAGUSVALLEY a participar no programa de aceleração que decorreu em Leiria integrado no projeto conjunto da RIERC para o sector

INOVLINEA – conclusão de diferentes trabalhos técnicos de empresas do sector alimentar, regista-se a receção e realização de visitas a empresas e apresentação de propostas para desenvolvimento de novos produtos e encerrou-se a segunda edição do concurso Food Fab Lab para produtos locais, com a participação de 16 produtos de todo o país, tendo o júri no dia 13 de outubro feito a sua apreciação e na Feira Nacional de Doçaria Tradicional procedeu-se ao anúncio dos quatro produtos premiados. Atualmente a equipa está a dar apoio técnico aos premiados

No âmbito do projeto 3iBIOECONOMIA, para além da identificação do possível protótipo de demonstração, realizou-se em Tomar no dia 14 de novembro um Workshop onde se apresentou o trabalho desenvolvido pelo IPT no tratamento de águas residuais junto de diversas empresas e investigadores da região. Definiram-se as características do protótipo a ser desenvolvido numa empresa do concelho, estando-se atualmente a desenhar as suas características técnicas e a

definir o programa de investigação e demonstração em colaboração entre o INOVLINEA e o BIOTEC do IPT

Ao nível das redes regionais, participação no grupo de trabalho da CIMT, e o papel ativo na RIERC e INOV-C, de onde se destaca o envolvimento na 2.ª edição do SPIN+ programa de aceleração para empresas tecnológicas que está a decorrer com a participação de uma equipa apoiada pelo TAGUSVALLEY, no âmbito da Rede de Incubadoras da Região Centro RIERC, com a atribuição de um prémio ao projeto “Poder dos Comportamentos”

Igualmente com o objetivo de divulgar as competências instaladas no LINE, realizaram-se um conjunto de visitas a empresas nacionais para apresentação dos projetos desenvolvidos na área da monitorização da gestão dos processos produtivos e de qualidade no sector da soldadura, no entanto, apesar do interesse, das empresas contactadas, uma está a apreciar a proposta e as restantes deram indicação para um próximo contacto no decurso do segundo semestre do ano para avaliar e concretizar a sua implementação, estando já em curso o contacto com 14 novas empresas dos sectores da metalomecânica e eletrotecnia para apresentação do projeto

No âmbito do grupo de trabalho para a concretização do projeto da energia inteligente, o Município e o TAGUSVALLEY têm assumido posição ativa na concretização e envolvimento dos diferentes parceiros registando-se a submissão em candidatura de projeto de I&D em Co-promoção (RCI) no PORTUGAL 2020, no dia 6 de fevereiro, estando a equipa da AICEP já a efetuar a sua análise

Obtenção do estatuto de "Zona Empresarial Responsável" para o Parque Industrial de Abrantes e para a Zona Industrial do Pego e Tramagal

Processo em análise na sequência das alterações legislativas ocorridas e da informação disponibilizada na ação de formação organizada pela CIMT

Implementação do procedimento especial "Via Verde" do Investimento Estruturante

Procedimento implementado

Dinamização do Serviço Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Económico

Reuniões com investidores a decorrer

Campanha de comunicação a decorrer

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FOMENTAR O INVESTIMENTO/GERAR MAIS OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

Criação de um pacote de apoios fiscais e financeiros para investimentos estruturantes

Regulamento em vigor

1 Candidatura apresentada com contrato aprovado e a aguardar assinatura

- Criação de 251 postos de trabalho até 2023
- Concessão de apoios de natureza fiscal e tributária no valor estimado de 523.912,93€

Criação de Programa de Apoio Financeiro à Criação de Postos de Trabalho Qualificados no Tecnopolo

Regulamento em vigor

Apoio concluído a 2 postos de trabalho

6 postos de trabalho apoiados, com contratos em vigor

Uma candidatura aprovada que aguarda assinatura de contrato

Total de apoio aprovado: 56.241,18€

Implementação da Estratégia de Revitalização do Comércio no Centro Histórico

Regulamento em vigor

Concedidos apoios ao arrendamento de 26 estabelecimentos, dos quais 6 em vigor, com 35 postos de trabalho criados, com uma taxa de sobrevivência de 80,77% e com 27 postos de trabalho mantidos

Uma candidatura em análise

Total de verba aprovada: 52.534,6€

Manutenção de arruamentos com pavimentos em calçada

Recolocação de sinalização danificada

Instalação de sinalização, de acordo com alterações aprovadas pelo serviço de trânsito

Emissão de certificados de enquadramento de prédio em ARU para execução de empreitadas de reabilitação urbana com IVA a 6% - 52

Emissão de pareceres vinculativos sobre o enquadramento de operações proposta em ARU para efeitos de candidatura ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas IFRRU 2020 – 6

Candidatura ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas IFRRU 2020 aprovadas – 1

Otimizar a gestão das oportunidades decorrentes do Portugal 2020

Em curso procedimento de comunicação às empresas e entidades do concelho, pelo Serviço de Desenvolvimento Económico, sempre que existem oportunidades de financiamento

Adoção de medidas com vista à obtenção do Selo Verde em produtos e serviços

Certificação de Produtos Locais através da plataforma PRODFARMER - em curso

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FOMENTAR O INVESTIMENTO/GERAR MAIS OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte

Obra em curso desde 30 novembro 2016, com conclusão prevista em 28 maio 2019 (prazo de execução da obra - 910 dias)

Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para a instalação de um Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes

Lançamento de empreitada em 27 de novembro de 2017 (prazo de execução da obra - 720 dias)

Consignação efetuada em 06.12.2018

Aguarda aprovação do Plano de Segurança e Saúde para se dar início à empreitada

Valorização do património religioso do centro histórico de Abrantes

Igreja de São Vicente – conservação e restauro de património integrado

Processo em desenvolvimento

Igreja de Santa Maria do Castelo - aquisição de serviços para a elaboração do projeto de Museografia e Arquitetura Expositiva

Projeto Base e de execução aprovados em 19.12.2018

Revisão interna do Projeto do Execução em curso

Quartel Arte Contemporânea de Abrantes - Ampliação da Galeria Municipal de Arte de Abrantes – Quartel para Instalação da Coleção de Arte Contemporânea Figueiredo Ribeiro

Aquisição de serviços de Revisão do Projeto de Execução – Contrato outorgado em 25.01.2019.

Prestação de serviços em curso

Dinamização da grande Rota do Zêzere e do Caminho do Tejo

Plano de dinamização em curso

Atração de provas, estágios e eventos desportivos

1.dezembro – Campeonato Nacional de Clubes - 3ª Divisão natação

13.janeiro - 3º Torneio do Circuito de Cadetes – Natação

17.janeiro – Seleção Nacional Feminina A // Seleção da Ucrânia

26.janeiro - XXVII Taça Vale do Tejo

1, 2 e 3.fevereiro – Basquetebol - Final Four do Campeonato Regional sub 14 masculinos



Reforço da presença em feiras, salões, exposições e marketplaces turísticos

Efetivámos a candidatura de Aldeia do Mato às “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”

Pedidos de iluminação pública

Elaboração de diversas informações relativas aos pedidos de iluminação pública solicitados pelas Juntas de Freguesia

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A REABILITAÇÃO /DAR VIDA NOVA AOS ESPAÇOS URBANOS

Conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes

Receção do parecer da CCDR.LVT (Favorável Condicionado)

Em curso o período de concertação com as entidades que se pronunciaram desfavoravelmente ou emitiram pareceres favoráveis condicionados

Alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Abrantes

Decorrido o período de discussão pública da proposta

Efetuada o relatório desse período de discussão pública para ser brevemente homologado pela Câmara Municipal

Conclusão do processo de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes

Publicada em Diário da República, na data de 05.06.2017, a revisão do Plano de Urbanização de Abrantes, com entrada em vigor no dia seguinte (06.06.2017)

Plano de Pormenor da Zona Industrial de Pego

Em ponderação, pelos serviços técnicos, a alteração de estratégia de plano, equacionando-se a opção de Plano de Urbanização, com vista à operacionalização mais dinâmica de planeamento do território, em função dos interesses de investimento que venham a ser acolhidos (opção obrigatoriamente vertida e considerada no processo de revisão do Plano Diretor Municipal)

Implementação do programa estratégico da área de reabilitação urbana do centro histórico

Programa publicado em Diário da República em 19 de abril de 2017 – em vigor

ARU e PERU de Rossio ao Sul do Tejo e Alferrarede aprovados pelo Executivo Municipal – Em preparação período de consulta pública

Requalificação do Vale da Fontinha e ligação ao Hospital

Construção do Parque de Estacionamento do Vale da Fontinha em Abrantes

Obra em curso desde 24 de março de 2018, com conclusão prevista em 14 de setembro de 2019 (prazo de execução da obra - 540 dias)

Requalificação do Largo 1º de Maio

Obra em curso desde 2 de março de 2018, com conclusão prevista em 27 de outubro de 2018
(prazo de execução da obra - 240 dias)

Proposta de prorrogação de prazo de 139 dias até 15.03.2019

Aquisição de Serviços para elaboração de Projetos de engenharia de pontões, muros e arruamento e elaboração de levantamento arquitetónico: Reabilitação e prolongamento de passagem hidráulica no Ribeiro dos Carvalhos sob o C.M. 1231 – Tubaral; Requalificação e alargamento de pontão na E.M. 518, sobre a Ribeira da Esteveira - Vale da Galinha – Esteveira; Construção de muro para contenção de talude no acesso ao Pavilhão Municipal do Pego; Construção de muro de suporte/vedação na Rua Infante Dom Fernando – Abrantes, Construção de muro de suporte na Urbanização das Acácias – Abrantes, Construção de muro de suporte e reabilitação/execução de pavimentos na Rua Vasco Santana e na Rua Doutor Correia Semedo – Abrantes, Requalificação da Travessa Coronel Luís Jorge de Mena e Silva em Abrantes e Levantamento topográfico e levantamento arquitetónico da Escola Básica de Alvega

Projetos em curso

Repavimentação e Sinalização do Troço da E.M. 575, entre Tramagal e o início de Bicas - Abrantes

Projeto de execução concluído

Procedimento em fase de conclusão

Repavimentação e Sinalização do Troço da E.M. 575, entre o fim de Bicas e Vale de Açor - Abrantes

Obra concluída

Beneficiação da E.M. entre o Maxial e Fontes

Levantamento topográfico concluído

Projeto de execução em elaboração

Requalificação do troço do C.M. 1209, entre Bioucas e Souto – Abrantes

Obra concluída

Reconstrução de muro de suporte na Rua António Silva em Arco – Rio de Moinhos

Consignação efetuada em 07.02.2019

Aguarda aprovação do Plano de Segurança e Saúde para se dar início à empreitada

Substituição de passagem hidráulica na Ribeira de Rio de Moinhos sob a Rua da Soalheira em Pucariça

Consignação efetuada em 07.02.2019

Aguarda aprovação do Plano de Segurança e Saúde para se dar início à empreitada

Reconstrução de passagem hidráulica e talude no Parque de Merendas de Aldeia do Mato

Consignação efetuada em 07.02.2019

Aguarda aprovação do Plano de Segurança e Saúde para se dar início à empreitada
Reparação de murete destruído em acidente de viação na Estrada de Vale das Mós
Obra concluída

OBJETIVO ESTRATÉGICO: DEFENDER O TERRITÓRIO/UTILIZAR OS RECURSOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

Melhorar a eficiência do sistema de abastecimento de água

Em curso os trabalhos para o aumento de potência, alteração do local de contador de energia elétrica e certificação das instalações elétricas da Estação Elevatória de Vale de Tábuas e Furo de Água Travessa – Concluído Vale de Tábuas em fase conclusão Furo de Água Travessa

Alteração do local do contador na Estação de Tratamento de Mouriscas – em curso

Em curso os trabalhos para a integração na Telegestão do caudal de água elevado pelas instalações de Águas do Vale do Tejo, adjacentes às instalações dos SMA da Cabeça Gorda, para otimização da produção – Aguarda-se informação da Águas do Vale do Tejo

Relatório técnico do estado de conservação, eficiência hidráulica e energética dos grupos de bombagem da Captação de Cabeça Gorda, com a adjudicação da reparação do grupo de bombagem nº 4 (grupo com maior desgaste) à Effacec, já concluída. Em fase de adjudicação a reparação dos 4 grupos

Colocação de ETA piloto na ETA de Negrelinho - Mouriscas, em funcionamento, para a melhoria do sistema de tratamento existente, com a realização de três ensaios com caudais diferentes. Em curso a análise dos resultados apurados para verificação do índice de langelier e a eficácia do sistema de tratamento - aguarda-se relatório final

Contratados serviços para o fornecimento de geradores por sistema de aluguer, de forma a garantir o funcionamento das instalações em caso de falha de energia elétrica, por origem no distribuidor ou falha nos sistemas de alimentação das instalações, devido a avaria ou calamidade natural - renovação do contrato de prestação de serviços

Empreitada para execução de interligação, com cabo elétrico, entre a Estação Elevatória Intermédia e a Captação de Cabeça Gorda, para viabilizar fornecimento de energia elétrica em caso de falha da rede pública - concluído

Colocação em funcionamento de software de controlo da qualidade da água, com testes à base de dados, definição de pontos de colheita, a fim de fazer o estudo e controlo ao abrigo do futuro Plano de Segurança da Água – compilação e inserção de dados em curso

Manutenção e verificação do funcionamento da ETA para remoção de alumínio do reservatório de Bemposta - em curso

Manutenção e otimização dos sistemas de monitorização via SMS e otimização operacional com recurso ao sistema de telegestão

Execução de instalações elétricas e respetivas baixadas, com certificação, do Reservatório de Vale de Açor (Bicas) e Reservatório de Sentieiras (Fontes) – em curso

Desenvolvimento do Plano de Eficiência Energética dos SMA – em curso

Desenvolvimento de sistema de tolerância a falhas de energia e atuações intempestivas das proteções da UPS da Sede dos SMA, com configuração do firmware/software da UPS e com a execução de proteções elétricas de rearme automático – concluído

Continuação da renovação do parque de contadores de água

Desenvolvimento de estudo para implementação de Zonas de Medição e Controlo – em curso

Continuação das ações de monitorização e otimização das soluções de tratamento de água e das infraestruturas a ela associadas - processo complementado com elaboração, em curso, de Plano de Segurança da Água

Abastecimento de água a São Miguel, Tramagal, Pego e Concavada proveniente da Albufeira do Castelo de Bode – Troço Vale das Donas – Tramagal (concluído) e troço Vale das Donas – Concavada - em fase de execução

Empreitada de construção de caseta para armazenamento de produtos combustíveis – em execução

Empreitada de requalificação de reservatórios de água de Bioucas, Vale de Açor, Água das Casas e Matagosa - em conclusão

Empreitada de requalificação e impermeabilização do reservatório do Ventoso, Alvega – em fase de adjudicação

Requalificação da Estação Elevatória de Arreciadas para aumento da eficiência energética - concluído

Requalificação da Estação Elevatória de Alvega para aumento da eficiência energética - concluído

Melhoria do serviço prestado na área dos resíduos sólidos urbanos

Em curso a instalação de 1100 TAGS nos contentores dos RSU do concelho

Em curso o programa de controlo, monitorização e gestão de viaturas de recolha de RSU com instalação de equipamento e software de gestão Easy Waste (presentemente três viaturas com GPS e quatro com software Easy Waste)

Melhoria dos sistemas de gestão

Renovado o certificado relativo ao Sistema de Gestão da Qualidade - Válido até 15-01-2022

Em fase de desenvolvimento o processo de implementação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Em desenvolvimento o Plano de Segurança da Água

Desenvolvimento de programa de apoio à constituição e gestão de zonas de intervenção florestal

Análise dos diversos instrumentos legais existentes e dos cenários abertos pelo Programa Desenvolvimento Rural (PDR 2020) para estruturação do programa de apoio à constituição e gestão de zonas de intervenção florestal

Implementação do programa de proteção de aglomerados populacionais e rede viária, com a limpeza da floresta

Execução do plano de limpezas realizado pelos sapadores florestais

2 Candidaturas (PDR2020-814) - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos/Incêndios 2017 (Aldeia do Mato e Mouriscas) - concurso público a decorrer

Candidatura (PDR2020-813-045654) – Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos – em análise

Candidatura ao Fundo Florestal Permanente (FFP) - Defesa da Floresta Contra Incêndios e Agentes Bióticos – Faixas de Interrupção de Combustíveis (FIC) – Prevenção dos Fogos Florestais 2018 – Freguesias Prioritárias – trabalhos a decorrer

Candidatura ao Fundo Florestal Permanente (FFP) - Defesa da Floresta Contra Incêndios e Agentes Bióticos – Faixas de Interrupção de Combustíveis (FIC) – Prevenção dos Fogos Florestais 2018 – Freguesias Não Prioritárias – trabalhos a decorrer

Candidatura (PDR2020-814-030267) - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos/Incêndio 2016 - aprovada pelo PDR2020, novo concurso

Atualização e implementação do Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios

Execução e acompanhamento das ações previstas para o ano de 2019, nomeadamente:

Trabalhos da responsabilidade da Câmara Municipal - execução das Faixas de Gestão de Combustível, 10 m na Rede viária municipal, nas freguesias prioritárias – trabalhos realizados

Trabalhos da responsabilidade da Câmara Municipal - execução das Faixas de Gestão de Combustível, 10 m na Rede viária municipal, nas freguesias não prioritárias – novo concurso

Trabalhos da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, EDP e REN – a decorrer

Trabalhos de beneficiação da rede viária florestal – a decorrer

Limpeza de terrenos municipais

Limpeza e reparação de caminhos nas Freguesias de Abrantes e Alferrarede, Aldeia do Mato/Souto, Alvega/Concavada, Fontes, Martinchel, Mouriscas, Rio de Moinhos, S. Facundo/Vale das Mós, Tramagal

Atualização e aprovação do Plano Municipal de Emergência (PME)

Plano Municipal de Emergência aprovado pela ANPC a 18 de outubro de 2017

OBJETIVO ESTRATÉGICO: DEFENDER O TERRITÓRIO/UTILIZAR OS RECURSOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento de programa de otimização do desempenho energético dos edifícios e frotas do Município

Implementada aplicação piloto para a gestão de consumos de energia no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” - em desenvolvimento o alargamento ao Centro Histórico

Implementada aplicação piloto para a gestão de frota no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” – em desenvolvimento o alargamento a toda a frota municipal

Aquisição de serviços para a implementação de medidas no âmbito da utilização racional de energia em instalações municipais - lançamento consecutivo de procedimentos de aquisição de energia elétrica no mercado liberalizado através do Acordo quadro da CIMT, à medida que os procedimentos em curso terminam

Levantamento da IP do concelho - levantamento base concluído, em atualização contínua pela Agência de Energia MT21

MOBI.E – Instalação de posto de carregamento de veículos elétricos no Largo 1º de Maio em Abrantes

– 2 Tomadas

Instalação em funcionamento

Criação de programa de otimização do desempenho energético dos sistemas de iluminação pública

Implementada aplicação piloto para a gestão de consumos de energia no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” – em desenvolvimento o alargamento ao Centro Histórico

Investimento em Iluminação Pública (em colaboração com a Agência Médio Tejo 21) – candidatura submetida

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GOVERNAÇÃO/ENVOLVER A COMUNIDADE

Instalação da Loja do Cidadão no Centro Histórico

Obra concluída

Entrou em funcionamento no dia 28 de janeiro

Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados

O processo foi implementado e vai sendo monitorizado, não existindo até ao momento qualquer problema relatado ou reclamação apresentada

Promoção do orçamento participativo

Avaliação do projeto Orçamento Participativo no presente ano

Promoção da relação eletrónica entre o cidadão/empresário e o governo autárquico, disponibilizando serviços e conteúdos online

Desde o início do ano, foram submetidos via Abrantes 360, 356 processos, 239 dos quais da área de Urbanismo

No Atendimento 360 os dados apontam para 345 atendimentos, dos quais 296 são de Urbanismo

Estabelecimento de parcerias para a construção de projetos que visem o desenvolvimento de uma "Cidade Inteligente"

Processo de alargamento do projeto em desenvolvimento

Aprofundamento da cooperação técnica e financeira com as Freguesias

Candidaturas CEI (Contrato Emprego Inserção) 2019 - submetidas candidaturas para cantoneiros de limpeza a colocar ao serviço das Juntas de Freguesia – CEI (5 aprovadas) | CEI+ (1 aprovada; 10 em análise; 3 indeferidas, serão reformuladas para nova submissão)

Apoio técnico às Juntas de Freguesia na elaboração de projetos, organização e desenvolvimento de processos de empreitadas e acompanhamento e fiscalização de empreitadas e obras no âmbito dos contratos interadministrativos e protocolos de colaboração celebrados

Implementação do Sistema de Controlo Interno em áreas setoriais da organização municipal

Foi adaptado o Plano de Prevenção de Riscos/ PPRIC, na sequência de sessão com os responsáveis, de acordo com o novo organigrama em vigor, tendo em vista a aprovação e aplicação no novo ciclo de atividade de 2019/2020

Igualmente foi adaptada a Norma de Controlo Interno, tendo em vista a aprovação e aplicação no novo ciclo de atividade de 2019/2020

Elaborado relatório da verificação dos procedimentos relativos ao regulamento dos Fundos de Maneio

Verificação de procedimentos relativos a “protocolos”/contratos interadministrativos; também, de procedimentos de acumulação de funções por parte dos trabalhadores

Colaboração em alguns procedimentos variados, objeto de informações concretas, ao nível de regulamentos, recursos humanos, transferência de competências, expropriações e contratação pública

Melhorar a Política de Formação

Até 13/02/2019, os dados relativos à formação profissional são os seguintes:

AÇÕES EXTERNAS

- Nº de ações frequentadas pelos colaboradores: 8
- Nº de colaboradores abrangidos: 26
- Nº de horas de formação: 202h

AÇÕES INTERNAS

- Estamos em fase de planeamento das ações a desenvolver ao longo do ano

OFICIAL PÚBLICO – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E DE EMPREITADAS

Contratos efetuados de 15/11/2018 a 04/02/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Contrato nº 81/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços para o Projeto Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Mediador, outorgado em 18 de novembro de 2018, com Miguel Ângelo Sousa Maia;

Contrato nº 82/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços para o Projeto Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Mediador, outorgado em 26 de novembro de 2018, com Tânia Maria Serrano e Sousa;

Contrato nº 83/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento de Tarefas Inerentes ao Serviço de Transportes e Equipamentos – Condução de Máquinas, outorgado em 26 de novembro de 2018, com Pedro Luís de Matos Grilo;

Contrato nº 84/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços para Aluguer e Montagem de Iluminação Decorativa de Natal e Sonorização de Rua, outorgado em 26 de novembro de 2018, com FABRILIGHT - ILUMINAÇÕES, LDA.;

Contrato nº 85/2018 – Contrato de Aquisição de Equipamentos Informáticos, outorgado em 28 de novembro de 2018, com INDEXSCREEN, S.A.;

Contrato nº 86/2018 – Contrato de Aquisição de Serviços de Comunicações Fixas de Voz e Dados, outorgado em 28 de novembro de 2018, com MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.;

Contrato nº 87/2018 – Contrato de Aquisição de Software Licenciado e Equipamentos para o Projeto “Abrantes Cidade Inteligente, outorgado em 28 de novembro de 2018, com COMPTA - EMERGING BUSINESS, S.A.;

Contrato nº 88/2018 – Contrato de Empreitada de “Requalificação do troço do C.M. 1209, entre Bioucas e Souto”, outorgado em 29 de novembro de 2018, com Construções Viasmanso, LDA.;

Contrato nº 89/2018 – Contrato de Empreitada de “Repavimentação e Sinalização do Troço da E.M. 575, entre o fim de Bicas e Vale de Açor”, outorgado em 29 de novembro de 2018, com Construções Viasmanso, LDA.;

Contrato nº 90/2018 – Contrato Aquisição de Serviços de Inspeção, Verificação e Avaliação do Estado da Piscina Coberta do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes, com o objetivo de Criação do Plano de Manutenção da Referida Infraestrutura, outorgado em 3 de dezembro de 2018, com Lena - Engenharia & Construções, S.A.;

Contrato nº 91/2018 – SMA - Contrato Empreitada de “Requalificação e Aumento da Eficiência Energética da Estação Elevatória de Arreciadas e Estação de Tratamento de Água (ETA) de Alvega”, outorgado em 10 de dezembro de 2018, com ISATEL - Sociedade de Construção, Limitada;

Contrato nº 92/2018 – Contrato Aquisição de Serviços para Instalação da Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios Faixas de Interrupção de Combustível - FIC, outorgado em 11 de dezembro de 2018, com LUCKY LAND, LDA.;

Contrato nº 93/2018 – SMA - Contrato Empreitada para “Reposição de Pavimento no Concelho de Abrantes, na sequência de intervenções efetuadas pelos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes”, outorgado em 18 de dezembro de 2018, com Construções Viasmanso, Lda.;

Contrato nº 94/2018 – Contrato Aquisição de Três Viaturas Ligeiras, outorgado em 21 de dezembro de 2018, com MERCAR - Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Automóveis, Lda.;

Contrato nº 95/2018 – Contrato Aquisição de Serviços para Instalação e Beneficiação da Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios Faixas de Interrupção de Combustível - FIC - Lote 2, outorgado em 27 de dezembro de 2018, com GESTIVERDE - Gestão Rural, Lda.;

Contrato nº 1/2019 – SMA - Contrato Empreitada para “Requalificação e Impermeabilização da Estação Elevatória do Ventoso”, outorgado em 10 de janeiro de 2019, com ABRANCOP - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.;

Contrato nº 2/2019 – Contrato Aquisição de Energia Elétrica para Diversas Instalações Municipais ao Abrigo do Acordo Quadro para Seleção de Fornecedores de Eletricidade em Regime de Mercado Livre da Central de Compra da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo -CPCC/05/2016 - Lote 3 – Média Tensão (MT), outorgado em 10 de janeiro de 2019, com EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.;

Contrato nº 3/2019 – Contrato Aquisição de Serviços de Seguros ao Abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Seguros da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - nº 2179177, outorgado em 21 de janeiro de 2019, com FIDELIDADE - Companhia de Seguros, S.A.;

Contrato nº 4/2019 – Contrato Aquisição de Equipamentos Informáticos para Instalação na Loja do Cidadão, outorgado em 24 de janeiro de 2019, com DIALGEST - SODEFE, Sistemas de Informação, Lda.;

Contrato nº 5/2019 – Contrato Aquisição de Estrados para as Esplanadas do Largo Doutor Ramiro Guedes em Abrantes, outorgado em 25 de janeiro de 2019, com Jorge Joaquim dos Remédios da Silva;

Contrato nº 6/2019 – Contrato Aquisição de Serviços para Manutenção de Hardware do Datacenter, outorgado em 25 de janeiro de 2019, com PAMAFE - INFORMÁTICA, LDA.;

Contrato nº 7/2019 – Contrato Aquisição de Serviços de Revisão do Projeto de Execução de Reabilitação e Ampliação da Galeria Municipal de Arte de Abrantes para Instalação do Museu de Arte Contemporânea - Pólo 2, outorgado em 25 de janeiro de 2019, com Jorge Loureiro - Projectos de Engenharia e Arquitectura, Lda.;

Contrato nº 8/2019 – Contrato Fornecimento e Instalação de Campo Multidesportivo do 1º CEB/JI de Pego - Abrantes, incluindo execução da Base de Suporte, outorgado em 28 de janeiro de 2019, com ARTUR FLORÊNCIO & FILHOS, AFF, EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS LDA.;

Contrato nº 9/2019 – Contrato Aquisição de Serviços de Medicina no Trabalho, outorgado em 29 de janeiro de 2019, com Filomeno António Abrantes Taborda;

Contrato nº 10/2019 – Contrato Empreitada de “Execução de Intervenções Pós-incêndios, nas Freguesias de Rio de Moinhos e Aldeia do Mato e Souto – Abrantes”, outorgado em 29 de janeiro de 2019, com Diamantino Jorge & Filho, S.A.;

Contrato nº 11/2019 – Contrato Empreitada de “Reabilitação do 1º Piso da Antiga Casa de Saúde para Instalação da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)”, outorgado em 1 de fevereiro de 2019, com TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.;



Contrato nº 12/2019 – Contrato Aquisição de Serviços para Instalação e Beneficiação da Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios Faixas de Interrupção de Combustível - FIC - Lote 1, outorgado em 4 de fevereiro de 2019, com Florestas Verdejantes, Lda.;

Notário Privativo

Esc. 12/2018 de 03/12/2018 – Compra de um prédio urbano, sito na Rua D. João IV, em Abrantes, a Maria do Rosário Serras da Silva Casola, valor de 22.500,00€

Esc. 13/2018 de 21/12/2018 – Venda de um lote de terreno, no Parque Industrial de Abrantes, nº 61, a FC2TEC – Manutenção Industrial, Lda pelo valor de 6.670,50€

GESTÃO ORÇAMENTAL

Resumo da Execução Orçamental a 11 de fevereiro de 2019

Execução do Orçamento da Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas Liquidadas	Receita Cobrada Líquida	Tx. Exec.
Receitas Correntes	25.270.964,00 €	1.903.782,32 €	1.894.217,85 €	7%
Impostos Diretos	6.486.500,00 €	215.597,44 €	215.597,44 €	3%
Impostos Indiretos	192.850,00 €	14.503,93 €	14.503,93 €	8%
Taxas Multas e O. Penal.	179.560,00 €	5.883,06 €	5.818,06 €	3%
Rend. Propriedade	3.330.110,00 €	406.574,42 €	406.574,42 €	12%
Transf. Correntes	13.608.463,00 €	1.177.095,29 €	1.177.095,29 €	9%
Venda Bens e Serv. Cor.	1.118.281,00 €	73.280,10 €	73.280,10 €	7%
Outras Receitas Correntes	355.200,00 €	10.848,08 €	1.348,61 €	0%
Receitas Capital	11.904.716,00 €	118.167,00 €	118.167,00 €	1%
Vendas Bens Investimento	76.715,00 €	- €	- €	0%
Transferências Capital	11.767.901,00 €	118.167,00 €	118.167,00 €	1%
Passivos Financeiros	100,00 €	- €	- €	0%
Outras Receitas de Capital	60.000,00 €	- €	- €	0%
Reposições n. Abatidas Pág.	8.000,00 €	299,87 €	299,87 €	4%
TOTAL	37.183.680,00 €	2.022.249,19 €	2.012.684,72 €	5%



Execução do Orçamento da Despesa

Descrição	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Tx. Exec.
DESPESAS CORRENTES	19.595.334,00 €	14.854.086,73 €	1.379.069,25 €	7%
Despesas com o pessoal	7.400.510,00 €	7.319.366,06 €	583.636,18 €	8%
Aquisição de bens e serv.	7.925.122,00 €	4.562.591,44 €	413.469,20 €	5%
Juros e outros encargos	72.416,00 €	39.156,66 €	- €	0%
Transferências correntes	3.744.617,00 €	2.616.643,04 €	363.277,74 €	10%
Subsídios	100,00 €	- €	- €	0%
Outras despesas correntes	452.569,00 €	316.329,53 €	18.686,13 €	4%
DESPESAS CAPITAL	17.588.346,00 €	8.075.098,31 €	409.985,17 €	2%
Aquisição de bens de cap.	13.783.108,00 €	6.174.784,99 €	409.985,17 €	3%
Transferências de capital	616.545,00 €	29.960,05 €	- €	0%
Ativos financeiros	1.015.840,00 €	108.968,50 €	- €	0%
Passivos financeiros	1.627.257,00 €	1.575.627,27 €	- €	0%
Outras despesas de capital	545.596,00 €	185.757,50 €	- €	0%
TOTAL	37.183.680,00 €	22.929.185,04 €	1.789.054,42 €	5%

Informação a prestar nos termos do nº 4 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Saldo e Estado da Dívida a Fornecedores a 11 de fevereiro de 2019

menos de 30 dias	>30 e <60 dias	>60 e <90 dias	mais 90 dias	Total
67.458,17 €	1.824,87 €	1.441,30 €	0,00 €	70.724,34 €
95%	3%	2%	0%	100%

* Inclui documentos em receção e conferência

PORTUGAL 2020 - Execução a 12 de fevereiro de 2019

PACTO	
FEDER INICIAL CONTRATUALIZADO	4.051.262,02 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	2.290.509,62 €
DIFERENÇA	1.760.752,40 €



TAXA DE APROVAÇÃO	57%
FEDER EXECUTADO	862.813,09 €
TAXA DE EXECUÇÃO	38%


PEDU	
FEDER INICIAL CONTRATUALIZADO *	6.590.000,00 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	5.523.194,14 €
DIFERENÇA	1.066.805,86 €
TAXA DE APROVAÇÃO	84%
FEDER EXECUTADO	2.055.970,37 €
TAXA DE EXECUÇÃO	37%
* Majoração de 10% da dotação FEDER do PEDU/PARU (590 mil€) referente à Operacionalização do Acelerador de Investimento Municipal	

Extra PACTO e PEDU	
FEDER APROVADO	5.540.986,97 €
FEDER EXECUTADO	1.138.320,08 €
TAXA DE EXECUÇÃO	21%

TOTAL PT2020	
FEDER APROVADO	13.354.690,73 €
FEDER EXECUTADO	4.057.103,54 €
TAXA DE EXECUÇÃO	30%

Maria do Céu Albuquerque

Presidente da Câmara



DE
Catarina Santos
Chefe da Divisão Administrativa

PARA
Exma. Sra.
Presidente da Câmara Municipal de
Abrantes

Nº

DATA
11,02,2019

ASSUNTO

Processos Judiciais – informação para Assembleia Municipal de fevereiro de 2019


Para efeitos do artigo 35.º, n.º 4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, anexa-se relação de processos judiciais a correr trâmites nos Tribunais, designadamente Tribunal Judicial de Abrantes, Tribunal Judicial de Alcobaça, Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Tribunal Central Administrativo Sul e Supremo Tribunal Administrativo.

Na relação apresentada consta a informação que nos foi feita chegar de forma resumida, nesta data, pela Dra. Ana Paula Milho e a informação que conhecemos sobre os processos que são conduzidos pela sociedade de advogados A. R. Montalvo & Associados – Sociedade de Advogados, RL.


Deixo à consideração superior,

Catarina Alexandra Justino Santos
Chefe da Divisão Administrativa

*À Assembleia
para conhecimento*
Am
15/2/2019



Nº de Processo Judicial	Autor e Réu da Ação Recorrente e Recorrido	Matéria de Litigio	Situação Atual do Processo
Valor da Ação			
Processo n.º 199/05.0 BELRA Trib. Adm.Fisc.Leiria 388.956,37€	Autor: João Salvador, Lda. e Outro Réu: Município ABT	Ação administrativa comum	Em recurso
Processo n.º 302/08.8 BELRA TAF. Leiria € 15.613,84	Autor: Salvador Teixeira Duarte Réu: Município ABT	Ação adm. especial	A correr termos legais
Processo n.º 265/09.2 BELRA TAF Leiria € 5.500,000	Autor: Maria Arlete Ferreira Lopes e outros Ré: Município de Abrantes	Ação administrativa esp. de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Processo n.º 629/08.9 BELRA TAF de Leiria € 40.000,00	Autor: Madga Sofia Esteves Gomes Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa comum – forma ordinária	Notificação do TAC Sul em 13/05/2009- A correr termos legais
Processo n.º 353/09.5 TBABT 2.º Juízo, T. J. Abrantes € 59.970,80	Autor: Construções Jorge Ferreira e Dias, Lda Réu: Município de Abrantes	Ação de processo especial	Suspensão a instância por a A. não ter constituído novo mandatário, sendo tal obrigatório
Processo n.º 149/10.1 TBABT – 3.º Juízo 500,00€	Insolvente Portigometal – Construções Metálicas, Lda Interessado: Município de Abrantes	Exercício de direito de preferência em insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 1034/10.2 BELRA TAF de Leiria € 21.499,00	Autor: Adelino Dias Frade Réu: Lena –Engenharia e Construções, S.A. Réu Município de Abrantes	Ação adm. comum –forma comum	TAF de Leiria absolveu os réus
Processo n.º n.º 357/11.8 BECTB €69.300,00	A: Maria Manuela Maia Mascate Marques e outros R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do TCA Sul
Processo n.º 919/11.3BELRA €102.092,51€	A: Município de Abrantes R: Lúdicoideias, Unipessoal, Lda	Ação administrativa Comum na forma ordinária	A aguardar sentença
Processo n.º 652/11.6 TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €936,69	Insolvente: Silva e Dias – Ind. de Alimentação, Imp. e Comércio, S.A. Reclamante / credor – Município de Abrantes	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 459/12.3TBABT, 1.º Juízo, tribunal Judicial de Abrantes € 721,94	Reclamante/credor – Município de Abrantes Insolvente – Cristina e Mota, Lda	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 996/12.0TBACB, 3.º Juízo, Tribunal Judicial de Alcobaça - Insolvência €441,28	Insolvente: Triângulo . Empresas de Arquitetura e Engenharia, Lda. Credor: Município de Abrantes	Reclamação de Créditos em Insolvência	A correr termos legais





Processo n.º 124/13 4 BELRA TAF Leiria €50.001,00	Autor: Maria Manuela Gil Morgado Filipe C. Int: Magda Sofia esteves Gomes Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa de atos administrativos	A correr termos legais
Processo n.º 78939/13.9IYPT 27.321.41€	Autor: Progitape – Projetos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa comum – forma sumária	A aguardar sentença
Processo n.º 751/13.0TBABT – 3º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 38,12€	Insolvente: Mendes Transportes, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 752/13.8TBABT – 2º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 2.053,09€	Insolvente: Mendes & Gonçalves, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 842/13.7BELRA 6.693.719,68€	Autor: Construções Jorge Ferreira & Dias, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária	A aguardar sentença
Processo n.º 567/14.6TBLRA 148,35€	Insolvente: CRIAGÁS, Energia e Comunicações, SA Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	A correr termos legais
Processo n.º 699/14.0BELRA TAF de Leiria 1.136.414,00 €	Autor: Município de Abrantes Réu: 1.º - RPP-Retail Parks de Portugal, SGPS, SA 2.º - RPP Solar – Energias Solares, S.A.	Ação administrativa comum	A correr termos legais
Processo n.º 699/14.BELRA-A TAF de Leiria € 1.136.414,00	Autor: Município de Abrantes Réus: RPP Solar – Energias Solares, SA (e Outros)	Procedimento Cautelar de Arrasto	O Município de Abrantes requereu a citação edital da RPP Solar, uma vez que se frustrou a citação postal e pessoal Requerida
Processo n.º 148/14.4T8STR da Secção de Comércio – J1 da Instância Central da Comarca de Santarém 30.000,01€	Devedor: Latitude – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda. Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	A correr termos legais
Processo n.º 544/15.0BECTB do TAF de Leiria 7.728,31€	Autor: José Luís Gaspar Pracana Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum (Ant. NCPTA)	A correr termos legais





Processo n.º 338/16.5BELRA do TAF de Leiria 17.640,00€	Autor: Albertina Rosa Marques da Conceição e outro Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum	A correr termos legais
Processo 538/16.8BELRA do TAF de Leiria 48.535,91€	Autor: Augusto Matos Lopes e mulher Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum	A correr termos legais
Processo n.º 1314/13.5BELRA-B do TAF de Leiria 30.000,01€	Exequente: STAL Executado: Município de Abrantes	Execução para prestação de facto e para pagamento de quantia certa	Proferida sentença a absolver o Município do pedido
Processo n.º 45/17.1BELRA – Unidade Orgânica 2 do TAF de Leiria 69.993,63€	Impugnante: Município de Abrantes; Impugnada: AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Processo de impugnação	A correr termos legais
Processo n.º 28/2017 Centro de Arbitragem Administrativa 105.336,65€	Requerente: Município de Abrantes; Requerida: AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Pronúncia arbitral	Findo
Proc. 158/17.0BCLSB – Secção de Contenciosos Tributário do TCA Sul 105.336,65€	Autor: Município de Abrantes Ré: Autoridade Tributária e Aduaneira	Impugnação da Decisão Arbitral	Processo deu entrada no TCA Sul aos 10/11/2017
Proc. 1417/17.7T8STR-H Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, Juízo do Comércio de Santarém – Juiz 2 1.136.414,00€	Autor: Município de Abrantes Réu Massa Insolvente da Rpp Solar – Energia Solares, SA, e outro	Verificação Ulterior de Créditos/ Outros Direitos	A correr termos legais
Proc. 228/18.7BELRA do TAF de Leiria 105.336,65€	Autor: Município de Abrantes Ré: Autoridade Tributária e Aduaneira	Ação Administrativa	A correr termos legais
Processo 187/18.6T9ABT do DIAP de Abrantes	Participante: Município de Abrantes Participado: Manuel Lopes	Queixa-Crime	A correr termos legais
Processo n.º 475/18.1T8ABT do Juízo Local Cível de Abrantes 25.872,00€	Autor: José de Matos Lourenço e mulher Réu: município de Abrantes	Ação de Processo Comum	Apresentada contestação





Processo n.º 539/18.1T9ABT do DIAP de Abrantes	Participante: Município de Abrantes Participado: Patrocínia do Rosário Caseiro António	Queixa-Crime	A correr termos legais
Processo n.º 4377/18.3T8ENT do Juízo de Execução do Entroncamento – Juiz 2 894,89€	Exequente: Município de Abrantes Executada: Maria Cristina Penedo Louro	Execução	A correr termos legais
Processo n.º 763/18.7T9ABT do DIAP de Abrantes	Participante: Município de Abrantes Participado: Manuel das Neves Rosado	Queixa-Crime	Apresentada junto do DIAP de Abrantes
Processo n.º 792/18.0T9ABT do DIAP de Abrantes	Participante: Município de Abrantes Participado: Idalécio Sousa de Jesus	Queixa-Crime	Apresentada junto do DIAP de Abrantes
Processo n.º 815/18.3T9ABT do DIAP de Abrantes	Participante: Município de Abrantes Participado: Joaquim Bento – Cabeça de Casal na Herança de	Queixa-Crime	Apresentada junto do DIAP de Abrantes
Processo n.º 829/18.3T9ABT do DIAP de Abrantes	Participante: Município de Abrantes Participado: Luís Miguel da Quinta Marcão	Queixa-Crime	Apresentada junto do DIAP de Abrantes
Processo n.º 1261/18.4BELRA do TAF de Leiria 30.000,01€	Autor: Luís Filipe dos Santos Pereira Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa	Apresentada contestação
Processo n.º 1442/18.0BELRA do TAF de Leiria 31.390,00€	Autor: Abel da Silva Pinto Réu: Município de Abrantes e outros	Intimação para a defesa de direitos, liberdades e garantias	Apresentada contestação

PONTO 2
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

- Antes de mais, clarificamos: o Bloco de Esquerda é, em princípio, a favor de uma descentralização. Mas não esta, por imposição, em moldes desajustados e injustos, manifestamente prejudiciais a quem aceite as transferências previstas na Lei 50/2018. Temos sido e continuamos a ser críticos de um processo atabalhoado, sem o necessário tempo e cuidado estudo, que nos parece apenas um modo de desresponsabilização do governo central, atirando para cima das entidades regionais deveres acrescidos, sem a necessária e atempada provisão de meios. Nada neste processo é claro, tudo pode mudar, incluindo o governo em poucos meses, podíamos esperar confortavelmente até ser de carácter obrigatório (previsto 2021), e ainda havia a esperança de o podermos alterar, para decorrer em condições mais favoráveis.

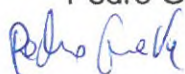
- Relativamente às transferências de competências previstas nos diplomas sectoriais em apreço, o facto de todos os prazos para a comunicação de não aceitação à DGAL se encontrarem completamente ultrapassados nos leva a repudiar esta votação, por esvaziada de sentido e possivelmente ferida de irregularidade.

- Também as Comunidades Intermunicipais, por não terem os seus membros eleitos directamente pelos cidadãos e as suas decisões não serem alvo de escrutínio publico universal, não são entidades a quem queiramos entregar matérias tão importantes.

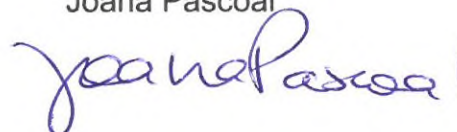
- Pelo enunciado votamos terminantemente contra, com repudio acrescido pelo modo opaco e precipitado - nos modos, mas não nos prazos - como todo este processo tem sido conduzido no município de Abrantes.

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019
Bloco de Esquerda de Abrantes,

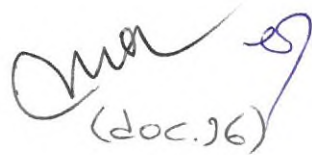
Pedro Grave



Joana Pascoal



TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS


(doc.16)



O Grupo Municipal do PSD de Abrantes já manifestou, nesta e noutras sedes, que não se sente vinculado à forma como o Governo de Portugal, um governo do Partido Socialista, está a conduzir o processo de transferência de competências.

Ainda que sejamos a favor da descentralização, nem o PSD de Abrantes se sente vinculado, nem o PSD nacional, visto que o acordo não está a ser cumprido como convencionado entre as partes.

Assim, o Grupo Municipal do PSD de Abrantes sente-se legitimado para votar contra, a favor ou abster-se, numa perspectiva de defesa constante dos melhores interesses do Município e dos munícipes.

Ora, como a actual situação levanta extremas dúvidas sobre a possibilidade do pacote financeiro chegar para o assumir, com eficácia e eficiência, das responsabilidades inerentes à transferência de competências, neste caso, para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, o nosso voto não poderá ser favorável.

Se as quantias não forem suficiente para as exigências, os municípios ver-se-ão onerados com o sobrecarregar dos respectivos erários, tendo de viabilizar essas verbas para a CIMT.

Comprovando o aqui afirmado, o Senhor Presidente da Câmara, em intervenção anterior, salientou a sua desconfiança em relação à Administração Central e ao facto de muito dinheiro ser prometido, mas, frequentemente, não ser entregue.

Essa intervenção só reforça a nossa posição!

E isto obriga o Grupo Municipal do PSD de Abrantes a ponderar se se abstém ou se vota contra.

Contudo, o Grupo Municipal do PSD de Abrantes, para essa avaliação, não pode deixar de sopesar a conduta do executivo camarário no que diz respeito à transferência de competências para o nosso Município.

As realidades estão inexoravelmente interligadas.

Pois bem, o Grupo Municipal do PSD de Abrantes pergunta-se sobre o porquê de, quando ainda nada havia para decidir, o executivo camarário ter revelado o cuidado de enviar informação sobre este processo para a Assembleia Municipal; porém, assim que começaram a correr prazos para eventuais deliberações de rejeição, nenhuma informação haver chegado a esta casa ou aos vereadores da oposição?

A partir do momento em que os diplomas sectoriais foram sendo aprovados, essa informação deveria ter sido, de imediato, veiculada aos vereadores e à Assembleia Municipal.

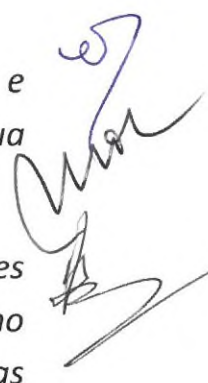
Entrementes, no que toca ao Decretos-Lei n.º 101/2018, referente à transferência de competências na área da Justiça, e ao Decreto-Lei n.º 102/2018, relativo à transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários, que dizem respeito não só às comunidades intermunicipais, mas também aos municípios, os prazos já expiraram, porquanto caberia ao órgão deliberativo de Município pronunciar-se, num período de 60 dias a contar da entrada em vigor dos diplomas, o que ocorreu em 4 de Dezembro de 2018.

E isto demonstra má-fé! E é indício de que certas decisões foram tomadas com outros voos em mente!

Aliás, as desconfianças manifestadas por este Grupo Municipal foram, novamente, corroboradas pelo Senhor Presidente da Câmara, que destruiu todo o argumentário da sua antecessora sobre os benefícios do sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento e águas residuais e recolha de resíduos urbanos, demonstrando como essa posição não defendia os melhores interesses do Município e dos munícipes.

É verdade que o n.º 1 e n.º 2 do artigo 44.º da Lei n.º 50/2018 dispõem que a transferência de competências tem de ser concretizada de forma a permitir a aplicabilidade e eficácia do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º, que estabelece que:

2 - A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efectuada em 2019, admitindo-se a sua concretização gradual nos seguintes termos:



a) Até 15 de Setembro de 2018, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direcção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido;

b) Até 30 de Junho de 2019, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 devem observar o procedimento referido na alínea anterior.

Obviamente, sem prejuízo dos tais prazos a contar da entrada em vigor dos diplomas sectoriais.

Isto levanta diversas questões jurídicas acerca da admissibilidade, ainda, de nos pronunciarmos, questões que não aprofundaremos aqui, no entanto, que ponderamos trazer a debate em data próxima.

O que é certo é que ainda há matérias, sem ponta de incerteza, em que podemos fazer um juízo de pronúncia sobre o assumir de competências.

Nesse sentido, porque consideramos que não houve lisura por parte do executivo camarário do Partido Socialista, nós votaremos contra!

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019,

João Salvador Fernandes

DECLARAÇÃO DE VOTO

Transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Ponto 2 da OT

A Lei da transferência de competências para as autarquias (50/2018) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (51/2018), aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou:

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;
- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;
- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;
- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adoptadas na Lei.

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.

2. O carácter atrabiliário que rodeou o processo que conduziu à lei 50/2018, a começar nas incongruências do texto da Lei, teve expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2019 no qual foram rejeitadas

propostas essenciais à concretização da transferência de competências. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo Financeiro de Descentralização que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afectação dos meios financeiros tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como um impedimento de facto à sua concretização em 2019. Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justifica que o município rejeite responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros.

3. A lei 50/2018 prevê que os termos concretos da transferência em cada área resultarão de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros.

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos:

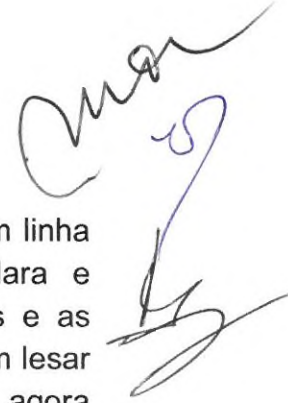
- Até 15 de Setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019;
- Até 30 de Junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.

A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências.

Vários municípios deliberaram atempadamente nos termos previstos na Lei, aliás os únicos em vigor. As pressões então dirigidas sobre as autarquias, invocando interpretações abusivas da legislação ou dando como inútil as deliberações que a própria Lei estabelecia levou a que muitos municípios, mesmo os que afirmavam discordância com a transferência de competência se acomodaram à operação desencadeada pelo MAI, tivessem decidido não se pronunciar.

4. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assumpção a partir de 1 de Janeiro de 2019, das novas competências.

A decisão deste município, em Setembro passado, de não ter levado em linha de conta o que consagra a Lei 50/2018 (a única em vigor), clara e imperativamente, sobre o processo de transferência de competências e as condições para o seu exercício, expôs a autarquia a decisões que podiam lesar os interesses do município e das populações. Este é o momento para, agora sem subterfúgios, recusar um processo objectivamente contrário aos interesses das populações.




É imperativo reclamar:

- o início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;
- o encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos;
- a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza.

Pelo exposto, CDU vota contra a proposta apresentada sobre as transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes


(doc. 58)

Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 4º, nº 2, do Decreto-Lei nº 99/2018, de 28 de novembro, no artigo 9º, nº 2, do Decreto-Lei nº 101/2018, de 29 de novembro, no artigo 4º, nº 2, do Decreto-Lei nº 102/2018, de 29 de novembro, no artigo 5º, nº 2, do Decreto-Lei nº 103/2018, de 29 de novembro a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar as Transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concedendo o acordo prévio para o efeito**, conforme documento anexo.

Votação: Aprovado por maioria com os votos favoráveis do PS e do Pj. Rio de NINHOS, 8 votos contra (4 PSD + 2 BE + CDU) e 2 abstenções (1 Pj. Aldeia Fato e Santo + 1 CDS).

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

pl. 1/4



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Considerando que a Lei nº 50/2018 de 16 de agosto aprovou o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;

Considerando que, nos termos do artigo 4º nº 1 dessa Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;

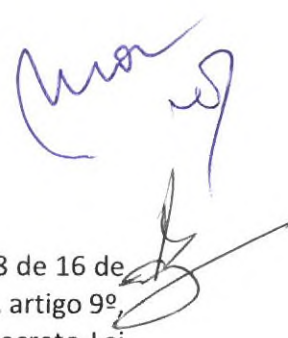
Considerando que, na sequência da publicação da lei-quadro, foram publicados os Decreto-Lei nº 99/2018 de 28 de novembro, Decreto-Lei nº 101/2018, de 29 de novembro, Decreto-Lei nº 102/2018, de 29 de novembro e Decreto-Lei nº 103/2018, de 29 de novembro, que concretizam as transferências de competências nos domínios, respetivamente, da promoção turística interna sub-regional, justiça, fundos europeus e programas de captação de investimento, e apoio às equipas de intervenção permanente de bombeiros voluntários;

Considerando que, nos termos do artigo 30º nº 2, da lei-quadro, o exercício das novas competências pelas entidades intermunicipais depende de acordo prévio dos municípios que as integram;

Considerando que o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo reunido a 10/01/2019, aprovou deliberações, relativamente a cada uma das matérias, no sentido de que considera que tem, desde já, condições para exercer as competências previstas nos diplomas;

Considerando, ainda, que o Conselho Intermunicipal deliberou remeter a informação (sobre as deliberações) aos municípios no sentido, de nos termos da legislação em vigor, submeterem à consideração dos respetivos órgãos municipais o acordo prévio sobre o exercício efetivo das referidas competências por parte da CIM do Médio Tejo;

fl. 2/4



Proponho que:

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 30º, nº 2, da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, dos artigos 4º, nº 1 e 2, do Decreto-Lei nº 99/2018 de 28 de novembro, artigo 9º, nº 1, do Decreto-Lei nº 101/2018 de 29 de novembro, artigo 4º, nº 1 e 2, do Decreto-Lei nº 102/2018 de 29 de novembro, artigo 5º, nº 1 e 2, do Decreto-Lei nº 103/2018 de 29 de novembro, e do artigo 33º nº 1 alínea ccc) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal aprove a presente proposta e delibere submetê-la à apreciação da Assembleia Municipal, no sentido de que aprove o acordo prévio favorável à transferência de competências, do Estado para as entidades intermunicipais, que o Município integra, previstas nos diplomas sectoriais em referência, nas áreas da promoção turística interna sub-regional (Decreto-Lei nº 99/2018), da justiça (Decreto-Lei nº 101/2018), dos fundos europeus e programas de captação de investimento (Decreto-Lei nº 102/2018) e do apoio às equipas de intervenção permanente de bombeiros voluntários (Decreto-Lei nº 103/2018).

Maria do Céu Albuquerque

Presidente da Câmara



MÉDIO TEJO

Comunidade Intermunicipal

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zézere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertão, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

**Deliberação do Conselho Intermunicipal
Reunião Extraordinária de 10 de janeiro/2019
Ata n.º 01/2019**

MINUTA

Nos termos do n.º3 do artigo 18.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

O Conselho Intermunicipal, reunido em 10.01.2019, fez uma apreciação dos diplomas setoriais, publicados até à data, que concretizam a transferência de competências para entidades intermunicipais, nos termos da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto de 2018, resultando as seguintes deliberações:

- Decreto-Lei n.º 99/2018: Transferência de Competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo;

O Conselho Intermunicipal, em deliberação por unanimidade, considera que a CIM do Médio Tejo tem desde já condições para exercer as competências previstas no diploma;

- Decreto-Lei n.º 101/2018: Transferência de Competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da justiça;

O Conselho Intermunicipal, em deliberação por unanimidade, considera que a CIM do Médio Tejo tem desde já condições para exercer as competências previstas no diploma;

- Decreto-Lei n.º 103/2018: Transferência de Competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários;

O Conselho Intermunicipal, em deliberação por unanimidade, considera que a CIM do Médio Tejo tem desde já condições para exercer as competências previstas no diploma;

- Decreto-Lei n.º 102/2018: Transferência de Competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento;

O Conselho Intermunicipal, em deliberação por unanimidade, considera que a CIM do Médio Tejo tem desde já condições para exercer as competências previstas no diploma;

Mais deliberou o Conselho Intermunicipal, remeter a presente informação aos Municípios no sentido de, nos termos da legislação em vigor, submeter à consideração dos respetivos órgãos municipais o acordo prévio sobre o exercício efetivo das referidas competências por parte da CIM do Médio Tejo.

A Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMT

Maria do Céu Albuquerque

A Técnica Superior

Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade

PP.4/4

Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 18)

3. - Alteração ao regulamento da estrutura nuclear – aumento em 3 Unidades Orgânicas flexíveis (Divisões)

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **Alteração ao regulamento da estrutura nuclear – aumento em 3 Unidades Orgânicas flexíveis (Divisões)**, passando para **15, conforme documento anexo.**

Votação: Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

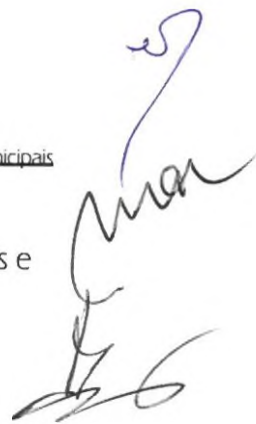

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

20.1/5

Modelo de organização interna, de estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia



A. Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, estabeleceu um novo enquadramento jurídico para a organização dos serviços das Autarquias Locais.

De acordo com o referido diploma, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

O artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, estabelece que os Municípios devem proceder à revisão das suas estruturas organizacionais até 31 de dezembro de 2010, em conformidade com o referido diploma.

Dando cumprimento a esta norma, a Câmara Municipal de Abrantes procedeu a esta adaptação por deliberação do órgão executivo datada de 13/09/2010.

Nos termos do artigo 6.º, a Assembleia Municipal, em 27/09/2010 sob proposta da Câmara Municipal, aprovou o modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas, de equipas multidisciplinares e de equipas de projeto.

Posteriormente a estrutura viria a sofrer nova alteração por força da entrada em vigor da Lei 49/2012 de 29 de agosto.

A publicação da Lei 42/2016 de 1 de janeiro, viria a revogar os artigos 8º e 9º, pelo que a gestão da estrutura orgânica municipal deixou de estar condicionada a números, passando a Autarquia a ter poderes de decisão sobre qual o desenho orgânico que melhor servirá a estratégia definida.

Seguindo a abertura referida e como forma de melhor prossecução dos objetivos estratégicos, decidiu o Município atualizar a estrutura orgânica, sendo publicadas a estrutura nuclear e flexível em 09/01/2018 e 31/01/2018 respetivamente.

Face à necessidade de constante atualização da estrutura municipal aos desafios e mutações a que as organizações estão sujeitas, impõe-se um ajustamento nessa mesma estrutura que assegure maior flexibilidade de atuação ao executivo.



B. Modelo de organização interna

A organização interna dos serviços municipais de Abrantes obedece ao modelo de estrutura hierarquizada, de acordo com o previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a saber:

1. Estrutura Hierarquizada, aplicada às funções de suporte e organização dos serviços municipais e às funções de natureza operativa, sendo constituída por:
 - 1.1. Unidades Flexíveis, sob a forma de divisões municipais ou unidades;
 - 1.2. Subunidades Orgânicas.

C. Fixação da dotação máxima de unidades orgânicas flexíveis

1. A dotação máxima de unidades orgânicas flexíveis é fixada em 15, sendo:
 - 1.1. 15 (quinze) unidades orgânicas flexíveis asseguradas por cargos dirigentes, com a qualificação de cargos de direção intermédia de 2.º grau, com a designação de Chefe de Divisão;

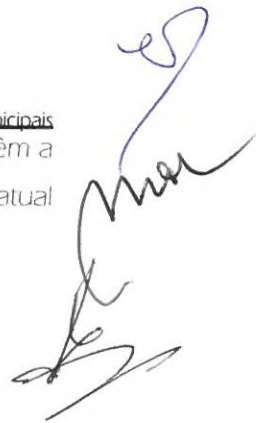
D. Fixação da dotação máxima de subunidades orgânicas

1. A dotação máxima de subunidades orgânicas é fixada em 8.

E. Fixação da dotação máxima de equipas de projeto

1. A dotação máxima de equipas de projeto é fixada em 1.
2. Qualificação e designação dos cargos de direção intermédia de 2.º grau no âmbito da estrutura orgânica dos serviços municipais
 - 2.1. Aos cargos de direção intermédia de 2.º grau estão cometidas funções de direção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.

- 2.2. No Município de Abrantes, os cargos de direção intermédia de 2.º grau, têm a designação de Chefes de Divisão, conforme estipula a Lei 2/2004 na sua atual redação.



3. Competências dos dirigentes intermédios de 2.º grau

- 3.1. Os titulares dos cargos de direção exercem, na respetiva unidade orgânica, as competências previstas no artigo 8º da Lei 2/2004, na sua atual redação:
- 3.2. Compete, ainda, aos titulares de cargos de direção:
- 3.2.1. Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
 - 3.2.2. Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;
 - 3.2.3. Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;
 - 3.2.4. Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
 - 3.2.5. Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;
 - 3.2.6. Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os colaboradores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
 - 3.2.7. Divulgar junto dos colaboradores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários;

- 3.2.8. Proceder de forma objetiva à avaliação de desempenho dos colaboradores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;
- 3.2.9. Identificar as necessidades de formação específica dos colaboradores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;
- 3.2.10. Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos colaboradores da sua unidade orgânica;
- 3.2.11. Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

4. Dúvidas e casos omissos

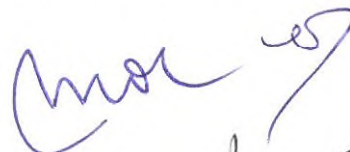
- 4.1. Em tudo o que não estiver previsto no presente regulamento aplicam-se as normas legais constantes do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pelo artigo 25.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

F. Norma revogatória

Com a publicação do presente Regulamento fica expressamente revogado o anterior Regulamento, publicado no aviso nº 487/2018, Diário da República, 2ª série, nº 6, de 9 de janeiro de 2018.

G. Entrada em vigor

O presente regulamento, bem como estrutura orgânica nuclear e respetivas disposições, entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.


(dóc. 20)

Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. – Procedimento Concursal para provimento – Chefe da Divisão de Resíduos Sólidos Urbanos – SMA

Deliberação: Considerando o disposto no n° 1 do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara, delibera **designar** a **Constituição do Júri do Procedimento Concursal para provimento de Chefe da Divisão de Resíduos Sólidos Urbanos, nos Serviços Municipalizados de Abrantes, conforme documento anexo.**

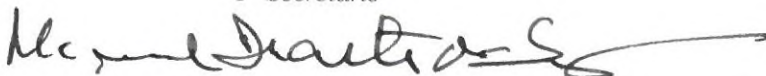
Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/3

~~pedir-se a declaração de utilidade pública ao Sr. Ministro competente – artigo 14º do CE – com os fundamentos atrás expostos sendo a respetiva causa a obra ser considerada essencial para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, cabendo-lhe um papel estruturante no melhoramento das condições de vida das populações com a construção de infraestruturas básicas como o abastecimento de água dotando as povoações de condições de vida adequadas e condições dignas de habitação. Tal obra visa claramente o progresso e o bem-estar das populações daí o interesse público estar inequivocamente subjacente à execução desta obra devendo prevalecer sobre um direito constitucionalmente consagrado como é o direito à propriedade.~~

~~- Notificar o expropriado desta resolução – n.º 5 do artigo 10º do Código das Expropriações.~~

~~- Não aplicar o n.º 1 do artigo 11º do Código das Expropriações – diligenciar a aquisição do bem por via de direito privado – por força do artigo 15º n.º 1 – devendo ser expressamente declarado no pedido e ato de utilidade pública a atribuição do caráter de urgência à expropriação por constituição de servidão administrativa por se tratar de uma obra de interesse público e com empreitada a decorrer com aprovação da candidatura n.º POSEUR 03-2012-FC-000503 com um prazo para conclusão das obras aos 29/03/2019, conferindo-se à entidade expropriante a posse imediata do bem expropriado – artigo 15º n.º 2 – nos termos previstos no artigo 20º n.º 1 do Código das Expropriações;~~

~~- Requerer a tomada de posse administrativa nos termos do artigo 19º do CE – requerendo-se que essa autorização também seja concedida pela entidade competente para declarar a utilidade pública.~~

~~Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.~~

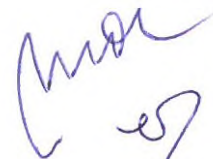


SMA - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos, referente a uma informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datada de 4 de fevereiro de 2019, a solicitar autorização para proceder à abertura de procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de chefe da divisão de resíduos sólidos urbanos.

Remete igualmente para aprovação, a seguinte proposta para constituição do júri do procedimento concursal:

- Presidente: Maríz Alves Marques, chefe da divisão de obras e serviços de águas, dos Serviços Municipalizados de Abrantes;
- Vogal: Luís António Fernandes Salgueiro, chefe da divisão administrativa e financeira, dos Serviços Municipalizados de Abrantes;
- Vogal: Henrique Joaquim de Oliveira Pinho, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Tomar. – PG 452855

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de chefe da divisão de resíduos sólidos urbanos e aprovar a referida proposta para constituição do júri do procedimento concursal, nos



termos e com os fundamentos da citada informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datada de 4 de fevereiro de 2019.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Encerramento da Reunião

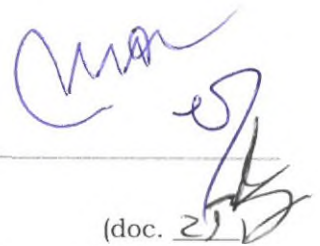
E não havendo mais assuntos a tratar, o Vice-Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas e trinta e dois minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA



(doc. 212)

Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

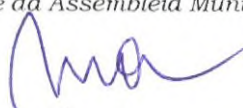
5. – Procedimento pré-contratual para “Fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais” – assunção de compromisso plurianual

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do n° 1 do artigo 6º, da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção de compromisso plurianual relativo ao contrato para “Fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais”,** conforme refere o n° 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n° 197/99 de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do n° 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n° 18/2008, de 29 de janeiro.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57º, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

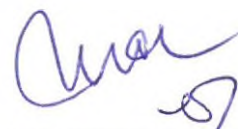


António Lucas Gomes Mor

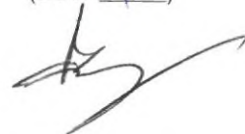
1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



(doc. 22)



Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. – Procedimento para “Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas de 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes” - assunção de compromisso plurianual

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção de compromisso plurianual relativo ao contrato para “Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas de 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes”**, conforme refere o nº 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



(doc. 23)



Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

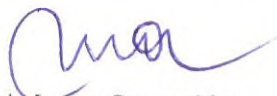
7. – Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes – Nomeação do auditor externo

Deliberação: Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara, delibera **nomear o auditor externo conforme deliberação camarária de 8 de fevereiro de 2019**, bem como nos termos do n.º 3 do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, **que seja realizada autonomamente a certificação legal das contas individuais do Município e dos Serviços Municipalizados.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos


(doc. 24)

Ponto 8. 

MOÇÃO

**Plano Nacional de Investimentos 2030, uma oportunidade perdida,
uma promessa incumprida.**



**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

Nos termos legais e regimentais, sempre com o duto suprimento de Vossa Excelência, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Abrantes vem requerer a introdução da seguinte moção na ordem de trabalhos da sessão deste órgão deliberativo agendada para o dia 22 de Fevereiro de 2019.

MOÇÃO

**Plano Nacional de Investimentos 2030, uma oportunidade perdida,
uma promessa incumprida.**

CONSIDERANDO QUE:

1 – Desde os negregados incêndios de 2017, o Governo de Portugal vem aludindo à premência de fazer do investimento no Interior e nos territórios de baixa densidade populacional uma prioridade do nosso País;

2 – Foram proferidas palavras carregadas de significado acerca deste assunto, elevando-o a urgente condição de sobrevivência de Portugal;

3 – Recentemente, o Governo de Portugal apresentou, na Assembleia da República, o Plano Nacional de Investimentos até 2030;

4 – Analisado o documento (junta-se em anexo), verificamos que, ao contrário do prometido pelo Governo de Portugal, há uma alocação maciça

Grupo Municipal na Assembleia Municipal de Abrantes

de verbas para o Litoral, com particular enfoque nas áreas metropolitanas e nas cidades com população superior a 100 mil habitantes;

5 – Se confirma, igualmente, que os investimentos nas áreas metropolitanas e nas cidades com população superior a 100 mil habitantes são concretos e precisos, enquanto a maioria dos previstos para o Interior e para os territórios de baixa densidade populacional não passam de meras promessas vagas, sem qualquer pormenorização;

6 – O PNI 2030 prevê investimentos no valor de 21,9 mil milhões de euros, mas, incompreensivelmente, reserva o grosso dessa quantia para o Litoral e para as Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa;

7 – A título de exemplo, se se compulsar as páginas 4, 15, 30, 40, 45, 63, 69, 76, 81, 86, 89, 94, 100, 107, 111 e 114 do documento de apresentação junto em anexo – páginas que contêm os resumos das verbas a investir por sector –, logo se compreende o quão desequilibrado é este plano;

8 – Um Plano Nacional de Investimentos não deve apenas estabelecer os grandes investimentos a realizar, devendo, identicamente, concretizar investimentos de menor monta, mas com grande efeito multiplicador na produção de riqueza e de coesão territorial, o que este não faz;

9 – Estamos, assim, perante uma oportunidade perdida e uma promessa incumprida;

10 – Estamos diante, isto é, de um plano que esquece o Interior e os territórios de baixa densidade populacional, ou seja, que esquece territórios como Abrantes e que não promove a tão ambicionada coesão territorial;

11 – Por tudo isto, e uma vez que as expectativas foram criadas pelo Governo de Portugal, o Grupo Municipal do PSD de Abrantes considera que a Assembleia Municipal de Abrantes deve manifestar ao Governo o seu desagrado, enquanto exteriorização de descontentamento e protesto pelo perpetuar do abandono do Interior, dos territórios de baixa densidade populacional e das suas gentes.



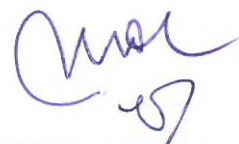
Destarte, o Grupo Municipal PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes, na sua reunião de 22 de Fevereiro de 2019, delibere:

Enviar esta Moção ao Ministro responsável pelo Planeamento e Infra-estruturas e ao Primeiro-Ministro de Portugal, na qualidade de protesto e manifestação de desagrado pela oportunidade perdida e pela promessa incumprida que resultam do Plano Nacional de Investimentos 2030 apresentado pelo Governo de Portugal, reforçando que é impreterível inverter o modelo de desenvolvimento de Portugal e apostar no Interior e nos territórios de baixa densidade populacional.

Abrantes, 15 de Fevereiro de 2019,

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata,

João Salvador Fernandes



(doc. 25)



Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

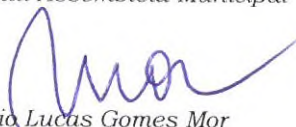
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. – Moção - Plano Nacional de Investimentos 2030, uma oportunidade perdida, uma promessa incumprida – apresentada pelo PSD

Votação: A moção foi rejeitada com os votos contra da bancada do PS(2: e 11 votos a favor (2 BE + 2 CDU + 4 PSD + 1 CDS + P.J. Riomoinho + P.J. A. Mato e Souto).

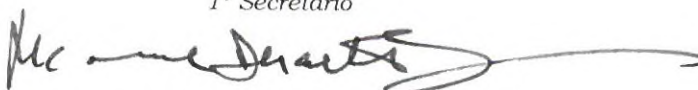
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/4

(Handwritten signature)
(doc. 24)

Ponto 8. *(Handwritten mark)*

MOÇÃO

**Plano Nacional de Investimentos 2030, uma oportunidade perdida,
uma promessa incumprida.**

(Handwritten signature)

**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

Nos termos legais e regimentais, sempre com o duto suprimimento de Vossa Excelência, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Abrantes vem requerer a introdução da seguinte moção na ordem de trabalhos da sessão deste órgão deliberativo agendada para o dia 22 de Fevereiro de 2019.

MOÇÃO

**Plano Nacional de Investimentos 2030, uma oportunidade perdida,
uma promessa incumprida.**

CONSIDERANDO QUE:

1 – Desde os negregados incêndios de 2017, o Governo de Portugal vem aludindo à premência de fazer do investimento no Interior e nos territórios de baixa densidade populacional uma prioridade do nosso País;

2 – Foram proferidas palavras carregadas de significado acerca deste assunto, elevando-o a urgente condição de sobrevivência de Portugal;

3 – Recentemente, o Governo de Portugal apresentou, na Assembleia da República, o Plano Nacional de Investimentos até 2030;

4 – Analisado o documento (junta-se em anexo), verificamos que, ao contrário do prometido pelo Governo de Portugal, há uma alocação maciça

Grupo Municipal na Assembleia Municipal de Abrantes
de verbas para o Litoral, com particular enfoque nas áreas metropolitanas e nas cidades com população superior a 100 mil habitantes;

5 – Se confirma, igualmente, que os investimentos nas áreas metropolitanas e nas cidades com população superior a 100 mil habitantes são concretos e precisos, enquanto a maioria dos previstos para o Interior e para os territórios de baixa densidade populacional não passam de meras promessas vagas, sem qualquer pormenorização;

6 – O PNI 2030 prevê investimentos no valor de 21,9 mil milhões de euros, mas, incompreensivelmente, reserva o grosso dessa quantia para o Litoral e para as Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa;

7 – A título de exemplo, se se compulsar as páginas 4, 15, 30, 40, 45, 63, 69, 76, 81, 86, 89, 94, 100, 107, 111 e 114 do documento de apresentação junto em anexo – páginas que contêm os resumos das verbas a investir por sector –, logo se compreende o quão desequilibrado é este plano;

8 – Um Plano Nacional de Investimentos não deve apenas estabelecer os grandes investimentos a realizar, devendo, identicamente, concretizar investimentos de menor monta, mas com grande efeito multiplicador na produção de riqueza e de coesão territorial, o que este não faz;

9 – Estamos, assim, perante uma oportunidade perdida e uma promessa incumprida;

10 – Estamos diante, isto é, de um plano que esquece o Interior e os territórios de baixa densidade populacional, ou seja, que esquece territórios como Abrantes e que não promove a tão ambicionada coesão territorial;

11 – Por tudo isto, e uma vez que as expectativas foram criadas pelo Governo de Portugal, o Grupo Municipal do PSD de Abrantes considera que a Assembleia Municipal de Abrantes deve manifestar ao Governo o seu desagrado, enquanto exteriorização de descontentamento e protesto pelo perpetuar do abandono do Interior, dos territórios de baixa densidade populacional e das suas gentes.



Destarte, o Grupo Municipal PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes, na sua reunião de 22 de Fevereiro de 2019, delibere:

Enviar esta Moção ao Ministro responsável pelo Planeamento e Infra-estruturas e ao Primeiro-Ministro de Portugal, na qualidade de protesto e manifestação de desagrado pela oportunidade perdida e pela promessa incumprida que resultam do Plano Nacional de Investimentos 2030 apresentado pelo Governo de Portugal, reforçando que é impreterível inverter o modelo de desenvolvimento de Portugal e apostar no Interior e nos territórios de baixa densidade populacional.

Abrantes, 15 de Fevereiro de 2019,

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata,

João Salvador Fernandes

A CDU vota favoravelmente o ponto 8 apresentado pelo PSD sobre o Plano Nacional de Investimento 2030, pois concorda com o seu conteúdo.

Contudo não podemos deixar de lamentar que o PSD aquando da assinatura do acordo de princípio entre o PSD e o PS sobre os fundos europeus, na Assembleia da República, não tenha acautelado o que agora vem aqui localmente criticar.

Já não é a primeira vez que o PSD renega as posições que toma em Lisboa e vem depois, no nosso concelho, defender posições como se não tivesse qualquer responsabilidade no assunto.

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Relativamente ao PNI 2030, no que a Abrantes e à nossa região diz respeito, vemos com agrado este plano, que contempla a travessia sobre o Tejo que há tanto ansiamos, que afirma Abrantes como o ponto central que é, reforçando a ligação aos concelhos vizinhos como Ponte de Sor, potenciando ainda mais o nosso concelho a nível socioeconómico.

Mas vemos mais para além da ponte, vemos um reforço no investimento na ferrovia o que para nós será sempre vantajoso para a mobilidade dos nossos cidadãos e para um aumento do nível de vida das nossas pessoas e das nossas empresas.

Mas dizemos mais, e já aqui foi dito várias vezes pelo PS que Abrantes não é, nem pode ser vista como interior, manifestamo-nos contra este argumento, não nos consideramos interior, consideramo-nos sortudos por ter a localização estratégica que temos no país. Pensemos que uma cidade que fica a cerca de uma hora e meia de Lisboa e a quatro horas de Madrid, nunca pode ser considerada interior.

É certo que a estratégia para o interior do país não poderá ser a mesma que nas zonas mais desenvolvidas do litoral e nas áreas metropolitanas, mas estas também não podem sofrer de um abrandamento de investimento. O que se torna necessário são políticas adaptadas às diferentes realidades, aos diferentes problemas.

Neste sentido, e por todos os motivos expostos, a bancada do Partido Socialista não concorda com a moção apresentada, e estará sempre do lado do investimento não só no interior, mas como em todo o país, defendendo que o investimento tem de ser para todos os portugueses, porque todos os portugueses são prioritários.

A bancada do partido socialista não pode de modo algum concordar com a moção apresentada.

Além do título falacioso, também o conteúdo é desajustado e fora daquilo que são as nossas competências.

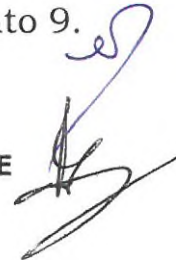
22 de fev. de 19

Deputado Municipal Tiago Chambel

Ponto 9.

MOÇÃO

**SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A EFECTIVA
LOCALIZAÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TEJO ENTRE ABRANTES E
CONSTÂNCIA.**



**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

Nos termos legais e regimentais, sempre com o duto suprimento de Vossa Excelência, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Abrantes vem requerer a introdução da seguinte moção na ordem de trabalhos da sessão deste órgão deliberativo agendada para o dia 22 de Fevereiro de 2019.

MOÇÃO

**SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A EFECTIVA
LOCALIZAÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TEJO ENTRE ABRANTES E
CONSTÂNCIA.**

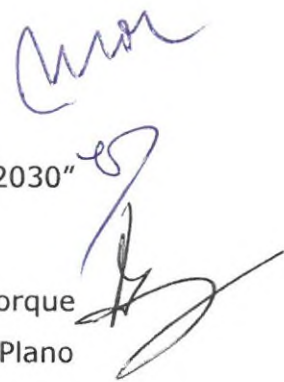
CONSIDERANDO QUE:

1 – Recentemente, o Governo de Portugal apresentou, na Assembleia da República, o Plano Nacional de Investimentos até 2030;

2 – De acordo com o PNI, está prevista a construção de uma ponte sobre o Rio Tejo, situada entre Constância e Abrantes (página 32 do documento, que se junta em anexo);

3 – Contudo, foi noticiado na imprensa local que a “decisão do Governo incluía a conclusão do IC9, através da construção de uma ponte sobre o Tejo entre a zona de Abrançalha e a freguesia de Tramagal, no

Grupo Municipal na Assembleia Municipal de Abrantes
concelho de Abrantes, no Programa Nacional de Investimentos 2030”
(notícia mediatejo.net de 13 de Janeiro de 2019);



4 – Havendo, inclusive, manifestações inequívocas de júbilo, porque a ponte iria ser erigida em consonância com o que fora previsto no Plano Rodoviário Nacional 2000.

5 – No entanto, o Ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, quando questionado sobre a localização da aludida ponte, foi tão inconclusivo quanto o teor do que se encontra no documento de apresentação do PNI;

6 – Dada abstracção do que é mencionado nesse documento de apresentação do PNI, a ponte até pode vir a não assentar os seus pilares no Município de Abrantes;

7 – Ora, o PSD de Abrantes, nesta Assembleia Municipal, já defendeu que qualquer deliberação sobre esta matéria deve ser concretizada, tendo em atenção critérios que ultrapassem os meros interesses do nosso Município, ou seja, que a deliberação se reja por critérios de âmbito regional;

8 – Todavia, o PSD de Abrantes ainda não encontrou razões de âmbito regional que justifiquem que a ponte não se situe em Abrantes;

9 – De igual modo, o PSD de Abrantes salienta a necessidade de certezas e segurança acerca das informações que nos chegam, uma vez que a localização desta ponte influenciará sobremaneira investimentos privados e públicos;

10 – Não sendo admissível que cidadãos e entidades públicas e privadas façam planos com base em expectativas erradas;

11 – Em acréscimo, e em virtude da aprovação da moção apresentada pelo Partido Socialista sobre esta matéria, mais se justifica o dissipar de dúvidas sobre a situação territorial da ponte;

12 – Sendo essencial que o ministério com a tutela do Planeamento e das Infra-estruturas nos esclareça, de maneira definitiva e clara, onde será construída a ponte sobre o Rio Tejo.



Destarte, o Grupo Municipal PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes, na sua reunião de 22 de Fevereiro de 2019, delibere:

- 1) Mandatar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em representação desta, para, mediante interpelação por escrito, questionar o Ministro responsável pelo Planeamento e Infra-estruturas, solicitando esclarecimentos inequívocos sobre onde, efectivamente, será construída a ponte sobre o Rio Tejo entre Constância e Abrantes prevista no Plano Nacional de Investimentos 2030, apresentando-nos o conteúdo da resposta à interpelação assim que esta chegue à sua posse;**
- 2) Dar conhecimento desta moção ao ministro responsável pelo Planeamento e Infra-estruturas.**

Abrantes, 15 de Fevereiro de 2019,

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata,

João Salvador Fernandes

PONTO 9
MOÇÃO PSD – TRAVESSIA TEJO IC9



-Relativamente ao IC9 é explícito no PRN2000 que a travessia do rio Tejo será entre Abrantes e Tramagal. O troço até Ponte de Sôr tem os estudos de impacto ambiental aprovados, condição essencial para se poder avançar com as obras.

-Na sessão de Assembleia Municipal de Abrantes de 22 de Junho de 2018, foi aprovada uma moção apelando para a conclusão do IC9, a qual votámos favoravelmente. Foi apresentada pela bancada do Partido Socialista (PS) e incluiu uma sugestão da bancada do Bloco de Esquerda, no sentido de realçar a importância da região a sul, com destaque para Ponte de Sôr. A moção não era explícita na localização da travessia, mas pedia a conclusão do IC9, entendemos nós que na sua forma única e actual, incluindo a travessia estudada e prevista.

-Face à indefinição na redacção do PNI2030 sobre este importante assunto, o BE de Abrantes reafirma a posição de defender o traçado do IC9 contemplado no PRN2000, tendo como principal argumento o facto de já estarem efectuados todos os estudos exigidos por lei. Também os pressupostos de opção, nomeadamente a concentração de população, funções urbanas, serviços e pólos empresariais se mantêm actuais, portanto as conclusões dos estudos que suportaram a decisão de optar pelo traçado do IC9 previsto no PRN 2000, entre as quais o troço que liga Ponte de Sôr e o Alto-Alentejo à A23 e zona Centro/Norte, continuam bem fundamentadas.

-Não ignoramos que no território do Médio Tejo existe a necessidade urgente de outras travessias ou requalificações das actuais, pois as mesmas são claramente inadequadas, insuficientes e prejudiciais à qualidade de vida das populações e empresas. Mesmo face a esta realidade, o BE de Abrantes considera completamente desajustado - nem as populações entenderiam - gastar-se mais tempo e dinheiro do erário público em novos estudos e projectos, correndo-se até o risco de quando terminados estes não haver novamente fundos para executar as obras, adiando a sua conclusão para um futuro incerto, com todos os impactos negativos na economia e no desenvolvimento de um vasto território. Procurar agora soluções diferentes da já estudada e aprovada no PRN2000 significará um retrocesso para a região, dano ao qual o BE de Abrantes não quer ficar associado.



Face ao exposto, consideramos justificada e partilhamos a necessidade de definição sobre a localização da nova travessia sobre o Tejo, relativa ao IC9.

Em consonância, votamos favoravelmente.

Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019
Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave

Joana Pascoal

INTERVENÇÃO SOBRE A NOVA TRAVESSIA DO RIO TEJO

1



(doc.30)

Sr. Presidente da Assembleia, elementos da mesa

Sr. Presidente da Camara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras

Presidentes de Junta

Senhoras e senhores Deputados Municipais

Comunicação Social, publico presente

A nova travessia sobre o Rio Tejo que no futuro ligará a margem norte á margem sul do concelho de Abrantes, como sabemos desde o PRN 2000 que se encontra inscrita como obra a executar, é assunto que tem alimentado muita discussão principalmente sobre a sua localização.

Agora novamente, e por força do PNI 2030, a ponte volta a ser falada, acredita-se que para a sua construção em definitivo no local definido e referido em diversos estudos.

Fazendo um pouco de história, e se recuarmos á altura em que foi projetada e novamente estudada, por indicação do município de Abrantes na nova travessia sobre o Tejo, existia uma referência para a construção de uma ponte a nascer entre Abrantes e o Tramagal o que iria permitir a ligação do IC9 pela A23 ao Alto Alentejo na Ponte de Sôr encontrando aí uma ligação ao IC13. Também no Tramagal e no acesso ao nó que permite o acesso á ponte encontra-se uma ligação á variante da EN 118.

Segundo o estudo de impacte ambiental realizado, a solução acima apresentada era aquela que melhor se enquadrava e a que melhor serviria a região.

A construção da travessia do Rio Tejo na zona projetada permite ligar o Médio Tejo ao Alto Alentejo, criando um corredor de ligação entre o Norte e o Sul do país. Fator que será certamente de extrema importância e que com um consenso alargado facilitará um melhor alavancar das economias das regiões.

Trará uma melhoria substancial às acessibilidades das localidades situadas na zona sul do concelho.

Trará uma melhor facilidade no escoar dos produtos de todo o tecido empresarial, não só do concelho de Abrantes mas também dos concelhos vizinhos, assim como pode tornar este território mais apetecível para o investimento.

O reforço das acessibilidades vai melhorar significativamente a rede de tráfego atual e eliminar os constantes constrangimentos no atravessamento de Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo.

A nível social uma maior proximidade entre localidades será garante de um melhor acesso aos serviços o que promoverá uma maior centralidade e dinamismo às localidades do concelho de Abrantes.

Deste modo, acredita-se que os pilares da ponte serão construídos no local previamente definido, assim como a variante a EN 118 junto a Tramagal será uma realidade.

Melhorar a qualidade de vida das populações promovendo obras estruturantes, é fundamental para o desenvolvimento local e regional do interior do país.

António Rui Veiga

22-02-2019

Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 3)

9. – Moção - Solicitação de esclarecimentos sobre a efetiva localização de ponte sobre o Rio Tejo entre Abrantes e Constância – apresentada pelo PSD

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

2

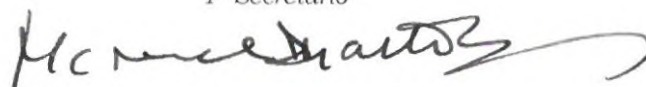
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor


1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/4


(doc. 28)

Ponto 9. 

MOÇÃO

**SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A EFECTIVA
LOCALIZAÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TEJO ENTRE ABRANTES E
CONSTÂNCIA.**



**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

Nos termos legais e regimentais, sempre com o duto suprimimento de Vossa Excelência, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Abrantes vem requerer a introdução da seguinte moção na ordem de trabalhos da sessão deste órgão deliberativo agendada para o dia 22 de Fevereiro de 2019.

MOÇÃO

**SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A EFECTIVA
LOCALIZAÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TEJO ENTRE ABRANTES E
CONSTÂNCIA.**

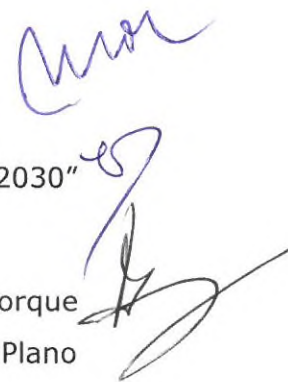
CONSIDERANDO QUE:

1 – Recentemente, o Governo de Portugal apresentou, na Assembleia da República, o Plano Nacional de Investimentos até 2030;

2 – De acordo com o PNI, está prevista a construção de uma ponte sobre o Rio Tejo, situada entre Constância e Abrantes (página 32 do documento, que se junta em anexo);

3 – Contudo, foi noticiado na imprensa local que a “decisão do Governo incluía a conclusão do IC9, através da construção de uma ponte sobre o Tejo entre a zona de Abrançalha e a freguesia de Tramagal, no

Grupo Municipal na Assembleia Municipal de Abrantes
concelho de Abrantes, no Programa Nacional de Investimentos 2030”
(notícia mediatejo.net de 13 de Janeiro de 2019);



4 – Havendo, inclusive, manifestações inequívocas de júbilo, porque a ponte iria ser erigida em consonância com o que fora previsto no Plano Rodoviário Nacional 2000.

5 – No entanto, o Ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, quando questionado sobre a localização da aludida ponte, foi tão inconclusivo quanto o teor do que se encontra no documento de apresentação do PNI;

6 – Dada abstracção do que é mencionado nesse documento de apresentação do PNI, a ponte até pode vir a não assentar os seus pilares no Município de Abrantes;

7 – Ora, o PSD de Abrantes, nesta Assembleia Municipal, já defendeu que qualquer deliberação sobre esta matéria deve ser concretizada, tendo em atenção critérios que ultrapassem os meros interesses do nosso Município, ou seja, que a deliberação se reja por critérios de âmbito regional;

8 – Todavia, o PSD de Abrantes ainda não encontrou razões de âmbito regional que justifiquem que a ponte não se situe em Abrantes;

9 – De igual modo, o PSD de Abrantes salienta a necessidade de certezas e segurança acerca das informações que nos chegam, uma vez que a localização desta ponte influenciará sobremaneira investimentos privados e públicos;

10 – Não sendo admissível que cidadãos e entidades públicas e privadas façam planos com base em expectativas erradas;

11 – Em acréscimo, e em virtude da aprovação da moção apresentada pelo Partido Socialista sobre esta matéria, mais se justifica o dissipar de dúvidas sobre a situação territorial da ponte;

12 – Sendo essencial que o ministério com a tutela do Planeamento e das Infra-estruturas nos esclareça, de maneira definitiva e clara, onde será construída a ponte sobre o Rio Tejo.

Destarte, o Grupo Municipal PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes, na sua reunião de 22 de Fevereiro de 2019, delibere:

- 1) Mandatar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em representação desta, para, mediante interpelação por escrito, questionar o Ministro responsável pelo Planeamento e Infra-estruturas, solicitando esclarecimentos inequívocos sobre onde, efectivamente, será construída a ponte sobre o Rio Tejo entre Constância e Abrantes prevista no Plano Nacional de Investimentos 2030, apresentando-nos o conteúdo da resposta à interpelação assim que esta chegue à sua posse;
- 2) Dar conhecimento desta moção ao ministro responsável pelo Planeamento e Infra-estruturas.

Abrantes, 15 de Fevereiro de 2019,

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata,

João Salvador Fernandes



(doc.32)

Ponto 10.

MOÇÃO

Por um Município de Abrantes mais amigo dos invisuais e dos daltónicos.



**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

Nos termos legais e regimentais, sempre com o douto suprimento de Vossa Excelência, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Abrantes vem requerer a introdução da seguinte proposta de recomendação na ordem de trabalhos da sessão deste órgão deliberativo agendada para o dia 22 de Fevereiro de 2019.

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Por um Município de Abrantes mais amigo dos invisuais e dos daltónicos.

CONSIDERANDO QUE:

- 1** – Um município moderno deve ser, sem excepção, amigo de todos os seus munícipes – especialmente, dos mais frágeis –, garantindo-lhes as melhores condições possíveis de mobilidade e segurança;
- 2** – O Município de Abrantes se apresenta extremamente deficitário em passagens de peões capacitadas para a protecção de invisuais, de amblíopes e de outras pessoas com padecimentos de visão graves;
- 3** – No Município de Abrantes, os sinais luminosos de trânsito não se acomodam às necessidades dos que sofrem de daltonismo;





4 – Nos dias de hoje, existem semáforos que alertam aqueles que padecem de incapacidades visuais graves de quando podem atravessar as passadeiras;

5 – Existem, igualmente, semáforos adaptados para daltónicos, que não funcionam com base em esquemas cromáticos;

6 – O Grupo Municipal do PSD de Abrantes julga importante, por maior ou menor que seja o número de munícipes que sofrem destas incapacidades visuais, garantir-lhes mais segurança, mobilidade e autonomia quando transitam, a pé ou de automóvel (no caso dos daltónicos), no nosso Município;

7 – Este mesmo Grupo Municipal do PSD de Abrantes reputa de relevante que o Executivo Camarário opte por sinais luminosos de trânsito amigos de invisuais e de daltónicos, à medida que for decidindo substituir e/ou colocar novos semáforos;

8 – Reputa, ainda, de relevante que o Executivo Camarário, consoante as contingências e a análise de perigosidade de cada caso concreto, reforce o número de sinais luminosos amigos de invisuais e daltónicos nas passagens de peões do Município;

Destarte, o Grupo Municipal PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes, na sua reunião de 22 de Fevereiro de 2019, delibere propor ao Executivo Camarário que incorpore estas preocupações nas deliberações que produz sobre políticas de trânsito e segurança rodoviários, recomendando-lhe igualmente que:

- 1) À medida que for decidindo substituir e/ou colocar novos semáforos, opte por sinais luminosos amigos de invisuais e daltónicos;**
- 2) Reforce o número de sinais luminosos amigos de invisuais e daltónicos nas passagens de peões do Município, consoante as contingências e a análise de perigosidade de cada caso concreto.**



Grupo Municipal na Assembleia Municipal de Abrantes

Abrantes, 15 de Fevereiro de 2019,

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata,

João Salvador Fernandes



ORDEM DO DIA

Ponto 10. Moção – Proposta de Recomendação - Por um Município de Abrantes mais amigo dos invisuais e dos daltónicos – apresentada pelo PSD

O Bloco de Esquerda também gostaria de ver o município de Abrantes mais amigo dos cidadãos com algum tipo de limitação, neste caso dos invisuais e dos daltónicos, como é o caso do referido nesta moção apresentada pelo PSD.

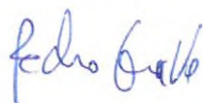
Posto isto, o nosso voto é favorável à aprovação desta proposta de recomendação.

De notar que gostaríamos de ver mais celeridade ou mesmo efetividade das moções recomendações aprovadas nesta Assembleia.

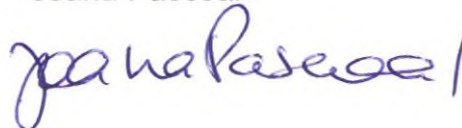
Abrantes, 22 de Fevereiro de 2019

Bloco de Esquerda de Abrantes,

Pedro Grave



Joana Pascoal



Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 34)

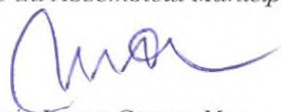
10. – Moção – Proposta de Recomendação - Por um Município de Abrantes mais amigo dos invisuais e dos daltónicos – apresentada pelo PSD

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

2

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

PD. 1/4



(doc.32)

Ponto 10.

MOÇÃO

Por um Município de Abrantes mais amigo dos invisuais e dos daltónicos.



**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de
Abrantes:**

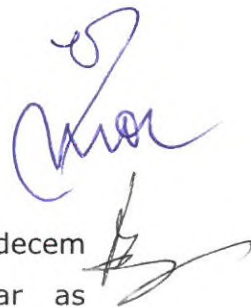
Nos termos legais e regimentais, sempre com o douto suprimento de Vossa Excelência, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Abrantes vem requerer a introdução da seguinte proposta de recomendação na ordem de trabalhos da sessão deste órgão deliberativo agendada para o dia 22 de Fevereiro de 2019.

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Por um Município de Abrantes mais amigo dos invisuais e dos daltónicos.

CONSIDERANDO QUE:

- 1** – Um município moderno deve ser, sem excepção, amigo de todos os seus munícipes – especialmente, dos mais frágeis –, garantindo-lhes as melhores condições possíveis de mobilidade e segurança;
- 2** – O Município de Abrantes se apresenta extremamente deficitário em passagens de peões capacitadas para a protecção de invisuais, de amblíopes e de outras pessoas com padecimentos de visão graves;
- 3** – No Município de Abrantes, os sinais luminosos de trânsito não se acomodam às necessidades dos que sofrem de daltonismo;



4 – Nos dias de hoje, existem semáforos que alertam aqueles que padecem de incapacidades visuais graves de quando podem atravessar as passadeiras;

5 – Existem, igualmente, semáforos adaptados para daltónicos, que não funcionam com base em esquemas cromáticos;

6 – O Grupo Municipal do PSD de Abrantes julga importante, por maior ou menor que seja o número de munícipes que sofrem destas incapacidades visuais, garantir-lhes mais segurança, mobilidade e autonomia quando transitam, a pé ou de automóvel (no caso dos daltónicos), no nosso Município;

7 – Este mesmo Grupo Municipal do PSD de Abrantes reputa de relevante que o Executivo Camarário opte por sinais luminosos de trânsito amigos de invisuais e de daltónicos, à medida que for decidindo substituir e/ou colocar novos semáforos;

8 – Reputa, ainda, de relevante que o Executivo Camarário, consoante as contingências e a análise de perigosidade de cada caso concreto, reforce o número de sinais luminosos amigos de invisuais e daltónicos nas passagens de peões do Município;

Destarte, o Grupo Municipal PPD/PSD Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Abrantes, na sua reunião de 22 de Fevereiro de 2019, delibere propor ao Executivo Camarário que incorpore estas preocupações nas deliberações que produz sobre políticas de trânsito e segurança rodoviários, recomendando-lhe igualmente que:

- 1) À medida que for decidindo substituir e/ou colocar novos semáforos, opte por sinais luminosos amigos de invisuais e daltónicos;**
- 2) Reforce o número de sinais luminosos amigos de invisuais e daltónicos nas passagens de peões do Município, consoante as contingências e a análise de perigosidade de cada caso concreto.**



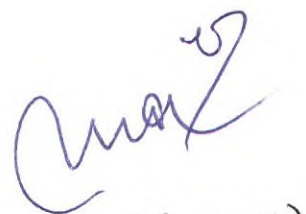
Grupo Municipal na Assembleia Municipal de Abrantes

Abrantes, 15 de Fevereiro de 2019,

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata,

João Salvador Fernandes




(doc.35)

Ponto 11.



MOÇÃO

CRIAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) NAS FREGUESIAS RURAIS

As freguesias rurais do concelho de Abrantes têm um centro urbano degradado e limitado pelo atual PDM.

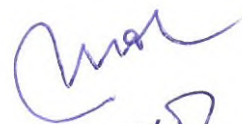
Nessas áreas existem edifícios, equipamentos de utilização coletiva, infraestruturas, espaços urbanos e verdes de utilização coletiva degradados, obsoletos e insalubres que necessitam de ser reabilitados através de uma operação de reabilitação urbana.

De acordo com o artigo 13º - n.º 1 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro - *A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.*

A Assembleia Municipal de Abrantes, em sessão ordinária, realizada no dia 22.02.2019:

- Recomenda à Câmara Municipal de Abrantes que diligencie um procedimento com o fim de aprovar uma delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) para as freguesias rurais que se manifestam interessadas ~~e que inicie a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU).~~

Moção apresentada pelo eleito do MIFRM – Movimento Independente Freguesia Rio de Moinhos na sessão de 22 de fevereiro de 2019



(doc. 36)

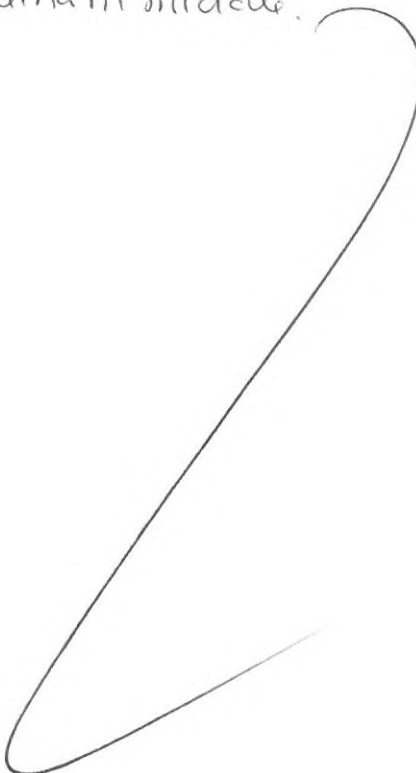
Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO



**11. – Moção – ARU – apresentada pelo eleito do MIFRM – Movimento Independente
Freguesia de Rio de Moinhos**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

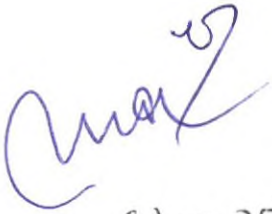
1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

11/2




(doc.35)

Ponto 11.



MOÇÃO

CRIAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) NAS FREGUESIAS RURAIS

As freguesias rurais do concelho de Abrantes têm um centro urbano degradado e limitado pelo atual PDM.

Nessas áreas existem edifícios, equipamentos de utilização coletiva, infraestruturas, espaços urbanos e verdes de utilização coletiva degradados, obsoletos e insalubres que necessitam de ser reabilitados através de uma operação de reabilitação urbana.

De acordo com o artigo 13º - n.º 1 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro - *A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.*

A Assembleia Municipal de Abrantes, em sessão ordinária, realizada no dia 22.02.2019:

- Recomenda à Câmara Municipal de Abrantes que diligencie um procedimento com o fim de aprovar uma delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) para as freguesias rurais que se manifestam interessadas. ~~e que inicie a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU).~~

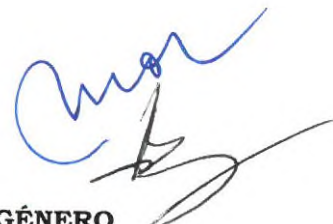
Moção apresentada pelo eleito do MIFRM – Movimento Independente Freguesia Rio de Moinhos na sessão de 22 de fevereiro de 2019



(doc. 37)

Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO



MOÇÃO - PELO COMBATE CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO

Na sequência do debate que se instalou em Portugal face à problemática da violência doméstica, urge a necessidade de existir um entendimento ao nível da intervenção realizada pelas várias entidades, instituições e organismos com competência nesta matéria.

Ao longo dos últimos meses têm sido notícia várias mortes e, segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato, levando a que cerca de 1000 crianças ficassem órfãs. Estamos, assim, perante um crime que mais mata em Portugal, sendo uma das principais formas de criminalidade no nosso País.

Nos últimos anos várias têm sido as preocupações com esta temática. A Violência Doméstica é considerada crime público desde o ano 2000, existindo uma grande preocupação com a proteção e segurança das vítimas, bem como com o desfecho destes processos em Tribunal.

Neste sentido, surge a necessidade de promover o debate junto das organizações que trabalham no terreno, diariamente, com situações de violência doméstica no sentido de analisar a legislação em vigor e concertar procedimentos entre técnicos/as.

É importante reavaliar a integração das vítimas em casa de abrigo e a permanência do/a alegado/a agressor/a na morada de família, de forma a minimizar a revitimização, sejam elas adultos ou crianças. Apesar da existência de um número significativo de estruturas de acolhimento, a qualidade das respostas dificilmente corresponde às necessidades das vítimas ou à complexidade das situações e dos processos de violência doméstica que estiveram na base da institucionalização. As casas de abrigo devem ser sempre a última resposta, no sentido de que se trata de uma institucionalização.

Deste modo, é importante promover e efetivar algumas medidas das quais destacamos:

1. Apoiar todas as manifestações e concentrações que ocorram por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência doméstica e de género;
2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que priorizem o combate à violência doméstica e de género como política efetiva;
3. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores:



(doc. _____)

Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO



- 3.1 Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público;
- 3.2 Mais ação da justiça e aplicação efetiva da lei existente;
- 3.3 Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes;
- 3.4 Garantir a articulação entre o processo crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o/a agressor/a;
- 3.5 Aplicação imediata das medidas de coação, no sentido de garantir a proteção e segurança da vítima.
- 3.6 As vítimas têm de ficar na morada de família. São necessárias redes territoriais bem estruturadas a trabalhar no terreno que protejam as vítimas e que, do ponto de vista das forças de segurança e do Ministério Público, possam afastar o/a agressor/a.
- 3.7 Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição (“stalking”), pois é um passo para garantir a proteção da vítima durante a fase de inquérito.
- 3.8 Promover a formação e sensibilização dos e das vários/as agentes nos processos de violência, nomeadamente advogados/as, juizes/juizas, magistrados/as, forças de segurança, assistentes sociais, psicólogos/as e técnicos/as de saúde, técnicos de reinserção social.
- 3.9 Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas nas Organizações/Entidades com intervenção nesta área.

Assim, a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em 22 de fevereiro de 2019, deliberou, ao abrigo do artigo 25º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a moção na generalidade, tendo deliberado também, que os líderes dos diversos grupos políticos melhorassem a proposta que agora remetemos na sua versão final, a Suas Excelências Presidente da Assembleia da República, Ministra da Saúde, Ministra da Justiça, Ministro da Administração Interna, Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Grupos Parlamentares.

Sessão ordinária – 22 de fevereiro de 2019

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc.)

Dar igualmente conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República.

Abrantes, 22 de fevereiro de 2019

O Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

NÃO À EXTINÇÃO DO POSTO MÉDICO DE SÃO MIGUEL

Mon
(doc.38)

Em primeiro lugar, ficámos satisfeitos pela abertura da USF de Rossio ao Sul do Tejo, pois o antigo posto de saúde não tinha quaisquer condições.

Infelizmente, a constituição da USF BeiraTejo ditou o encerramento do posto de saúde de São Miguel. Até hoje, nunca foi dada uma resposta credível sobre a razão deste encerramento.

Não temos conhecimento que os polos de saúde de Tramagal, Bemposta, Alvega e Pego tenham melhores condições físicas. Também, as distâncias percorridas nas deslocações feitas pelos profissionais de saúde para os referidos polos não são inferiores e, em alguns casos, são até muito superiores.

Tendo em conta que a maioria da população é idosa e com fracos recursos, não se compreende porque não tiveram em conta esta realidade.

São Miguel precisa, desesperadamente, de “sangue novo”, pelo que entendemos que a retirada deste serviço é mais uma machadada no futuro da nossa comunidade.

Face ao exposto, perguntamos o real motivo da extinção do posto de saúde de São Miguel.

Fernando da Costa Almeida Antunes
e População de S. Miguel
22-2-2019